

# Assédio sexual no contexto acadêmico da Administração: o que os lábios não dizem, o coração não sente?

Juliana Cristina Teixeira  
Adriana da Silva Vinholi Rampazo

## PRÓLOGO<sup>1</sup>

Ato 1, da Menina:

Mil, novecentos e noventa e seis, cidade interiorana brasileira. Era uma menina de onze anos e passava ao lado de um caminhão da Coca Cola. É, o símbolo que aprendemos a desejar desde crianças. Só passava por ali, sem nem observar

---

<sup>1</sup> Prólogo de autoria de Juliana Cristina Teixeira.

FAROL

REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 4 | N. 11 | DEZEMBRO | 2017 | ISSN: 2358-6311



diretamente com os olhos o caminhão. Mas o havia avistado de longe. Ao passar ao lado, ouvi: “que morena gostosa”. Sim, eu tinha onze anos. A voz era de um motorista do caminhão. Assim que ele disse, o colega de trabalho o repreendeu: “ela tem idade pra ser sua filha”. Ao que ele respondeu: “mas não é”. Ali se iniciava, pelo menos em relação ao que minha memória consciente me permite explicitar, uma sucessão de “morenas” que eu ouviria por toda a INFÂNCIA e juventude. E sempre ouvi um morena com a boca cheia de vontade, de homens mais velhos, mais novos. Mas, quase sempre, de mais velhos. Além do morena, algumas falas não expressáveis tão facilmente por aqui.

#### Ato 2, da Mulher:

Dois mil e dezesseis, Costa do Sauípe/BA, não mais uma menina de onze anos, mas uma mulher de trinta anos, participando, como Professora doutora e pesquisadora do XL EnANPAD (Encontro Anual da ANPAD – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração). Noite do dia vinte e cinco de setembro, primeiro dia do evento, circulando com amigxs na varanda da recepção do hotel do evento. Conversas boas, ótimas. Saio do grupo em que estava para ir conversar com outro, também de amigxs. Quando retorno ao grupo em que estava, uma das colegas conversava com um professor que era seu conhecido. Quando me junto a ambos, ele, que não me conhecia, e com quem



jamais havia falado, ou quem jamais havia visto, solta logo um “que morena linda”. Eu acabara de sair de um mini curso do evento a respeito de temáticas como a de gênero e raça, e no qual havia justamente mencionado o fato de ter sido tratada como morena durante toda minha trajetória de vida sendo uma mulher negra (o problema é que este “morena” quase sempre veio acompanhado de uma objetivação, a tal sexualização da mulher negra). Prontamente respondi a ele, o que foram também minhas primeiras palavras pra ele “não sou morena, sou negra”. Respondi incomodada com o morena, e incomodada, sobretudo, com a maneira pela qual ele me olhou. Ele então conta aos outros colegas o que respondi, e eles dizem a ele “mereceu”. Ele, então, me pede desculpas e menciona conhecer minha amiga. Pergunta meu nome, pede desculpas novamente e diz que não houve qualquer intenção de me ofender. Explica novamente que é colega de instituição de minha amiga (e eu de fato acho que os dois eram próximos, depois descubro que não. É que ele é invasivo mesmo) e me convida pra eu ir à instituição deles participar de algo. OK. Então ele me pergunta qual é meu signo. Eu respondo. Ele então diz: “posso falar? Quer sexo todo dia. Sobe nas paredes” e começa a explorar aquilo que dizia. E eu então paro de falar com ele. Ainda chocada com o que ouvi, nem meu nome ele sabia. com a maneira como ele diz aquilo como se fosse a coisa mais natural de se dizer pra uma mulher, e para uma que acabara de conhecer. Então vem falando comigo chegando perto, e eu me afasto, quase ando em círculos pra que ele não chegue mais perto. E ele

continua tentando chegar mais perto. Sem sucesso em suas tentativas de aproximação, vai embora. Eu ainda sem acreditar. Num evento de grande porte como aquele, em que alguns acreditam ser a nata da academia brasileira de Administração, percebo, em conversas com outras mulheres presentes no evento, o quanto somos objetificadas. Ainda, objetos. Mesmo ali, objetos. Como se estivéssemos disponíveis. Oportunidade de alimento sexual inclusive para alguns homens casados, que viajam sobre a legitimidade do congresso, e ali ficam à caça... dos objetos. Objetos que são, ali, além de carne, massa pensante. Que objeto mais interessante! Lembrei-me de outro momento ocorrido neste mesmo congresso, o qual tinha como característica, ainda, bebidas liberadas num sistema *all inclusive* do hotel (acho importante comentar como as bebidas alcoólicas podem ser utilizadas como subterfúgios para práticas consideradas negativas, como se permitissem a externalização de algo que já não está ali, às vezes camuflado sobre as estratégias que as socializações apresentaram aos sujeitos, e que permitem, ainda, numa sociedade hegemonicamente machista, o argumento dos efeitos da bebida sobre as práticas, machistas e tantos outros istas). Este outro momento se refere a algo ocorrido na mesma data, logo após o que relatei. Um professor aparentando uma idade aproximada entre cinquenta e sessenta anos de idade, de outra universidade, espantado pela minha colega, com cara de “novinha”, já ser doutora. Ao que ele emenda a seguinte fala “fiz uma pesquisa que indica que as pessoas de [da área de] Estudos Organizacionais têm mais

dificuldade de se casar” para então saber se ela é solteira ou casada. Se estaria, para ele, disponível ou não. Diante de uma resposta negativa e ainda cheia de sacadas dela, ele se volta para mim e me pergunta se sou solteira, ao que respondo não, e ele se vai. Ainda na caça, de um objeto.

Todo este episódio me lembra de uma vez em que presenciei um coordenador de programa de pós-graduação, também num EnANPAD, assediar uma aluna do programa e ainda dizer “além de tudo (ele se referia à beleza), ela ainda fala”. Novamente, objetos, ainda que qualificados, ainda que falantes (!!!). Falantes objetos, objetos falantes.

O que se sucedeu à minha participação no evento, além, claro, de bons acontecimentos alheios ao episódio, foi ouvir relatos e relatos de mais mulheres. E sempre que visualizava o assediador em algum espaço, eu me incomodava. No jantar dançante, por exemplo, eu o avistei próximo a mim enquanto dançava. Imediatamente, me lembrei de suas falas de “quer sexo todos os dias, sobe nas paredes” e fiquei com receio de ele perceber minha dança e interpretar de alguma forma. Cerceada. Eu me deixei ser cerceada. Saí então do local para dar uma volta, mesmo que estivesse ali me divertindo, e estivesse ali com xs amigxs. Saí do meu lugar de conforto, até que voltei e, não o avisando mais, voltei a

dançar. Corpo cerceado. E não é qualquer corpo, é aquele construído como feminino.

Qual foi meu maior espanto diante de todo este processo? Foi então perceber que eu, mesmo tendo acesso a discussões sobre gênero e objetivação sexual das mulheres, a cultura do estupro, comecei a me culpar por ter falado com aquele homem (PROFESSOR!). E percebi o quanto o sistema é perverso, e tende a nos levar para a culpabilização, ainda que estejamos plenamente cientes de como este sistema machista e opressor funciona. Mas eu tive tempo de perceber, e encerrar meu processo de culpabilização. Mas muitas mulheres não têm esta possibilidade. E mais mulheres irão a estes eventos. E que estejam lá cada vez mais, e de forma mais numerosa, e que sejam cada vez mais diversas. E elas precisam estar lá no seu livre exercício de ir e vir, sem serem assediadas quando não o querem. Sem serem tratadas como carne à disposição do consumo de velhos machistas socializados com um sistema machista que os autoriza a ir à caça com as esposas em casa. Principalmente porque muitas delas vão presas a imensas redes de subordinação acadêmica e intelectual perversas.

Não quero temer. Nós não queremos temer. Pelo direito de sermos mulheres como quisermos ser, e nos espaços que quisermos estar, sem a repetição do que vivenciamos cotidianamente nos mais variados espaços, tempos e idades. Antes



eu tinha onze anos, agora trinta. Até quando será? Carne barata? Carne barata, mas intelectual? Importa? Uma das narrativas informalmente recebidas por mim no referido evento foi o de que determinado professor de programa de pós-graduação teria dito que até para ser sua amante, a mulher teria que ter título em nível de Mestrado.

## INTRODUÇÃO

No campo dos estudos organizacionais brasileiros, há estudos que problematizam a ocorrência de assédio moral nas organizações e que mencionam as possibilidades, sobretudo em meio a discussões sobre gênero, de ocorrência de assédio sexual (Freitas, 2001; Heloani, 2004; Nunes & Tolfo, 2015). No entanto, o assunto é ainda recorrentemente pouco tratado ou silenciado neste campo de pesquisas e, quando ocorre, se insere em linhas temáticas como as de gênero em áreas de estudos organizacionais e/ou de gestão de pessoas. Se a abordagem dessas temáticas ainda é reduzida no que se refere a sua problematização nos espaços organizacionais, como o das empresas tradicionais e também das não tradicionais, ou de perspectivas organizativas mais amplas da sociedade, análises e investigações que tratem especificamente da ocorrência de assédios sexuais no âmbito acadêmico, aqui tratado como sendo os espaços de produção de sentidos que envolvem os programas de pós-graduação em Administração no Brasil e os

eventos acadêmicos de área, são diretamente silenciados nos estudos deste campo de pesquisas.

Este estudo é produto de inquietações de pesquisadoras que vivenciaram situações pontuais verbais de constrangimento e assédio num espaço acadêmico e que já ouviram vários relatos de outras mulheres a respeito de situações ocorridas tanto em relações existentes em função de vinculações a programas de pós-graduação como em eventos e congressos acadêmicos da área. Para ilustrar tal discussão, ao invés de uma Introdução convencional, preferimos começar nosso debate com um Prólogo em que expusemos a narrativa de uma das pesquisadoras escrito em meio a um auto convite à reflexão a respeito de situações de assédio que perpassam as vivências das mulheres nos mais variados espaços e fases da vida. Essa narrativa aqui antecede e, assim, explica os sentidos dos atos que irão ocorrer no palco – ou melhor, no artigo – na sequência.

As inquietações aqui manifestas, evidenciando um processo de crença das pesquisadoras que escrevem este artigo numa não possibilidade de neutralidade axiológica da ciência, adicionadas ao contexto social significamente marcado por construções históricas de gênero que objetificaram a mulher desde o surgimento da sociedade civil a partir da instituição de um contrato social que silenciava a



situação da mulher como objeto, basicamente representado por uma sociedade patriarcal e pela instituição do matrimônio, os quais mantinham a mulher como bens sexuais.

Sendo assim, trata-se de um estudo que tem como principal objetivo analisar os elementos discursivos originados a partir da temática de assédio sexual no âmbito específico da academia brasileira em Administração. Nesse contexto, a pergunta de pesquisa que objetivamos responder é: o evidenciado não dito a respeito de casos de assédio sexual nos espaços da academia brasileira em Administração sugere evidências de uma não ocorrência de práticas de assédio neste espaço?

Trabalhamos, neste estudo, com o conceito de assédio sexual que não necessariamente coaduna com sua definição e tipificação legal. No âmbito legislativo, é tipificado como assédio sexual aquele praticado em uma relação que envolve a subordinação hierárquica da vítima. Neste caso, o assédio sexual só pode ocorrer em um contexto organizacional (Freitas, 2001).

Neste estudo, no entanto, partimos de uma definição mais abrangente de assédio que dê conta de suportar as discussões complexas a respeito de relações de gênero que envolvem mecanismos diversos, sutis e também explícitos de

posicionamento efetivo e/ou simbólico da mulher de maneira inferiorizada. Assim, ampliamos a definição a fim de analisar toda a miríade de possibilidades de assédio que podem, no caso específico de ponto de partida epistêmico – de posicionamento feminista – e teórico – que emprega o conceito de assédio sexual a partir de uma visão sociocultural, sendo, portanto, uma manifestação de uma prática social patriarcal resultado da desigualdade de poder entre os gêneros (Mackinnon, 1987; 1993; Paludi, 1990).

Portanto, ao falarmos de assédio sexual, temos em mente que ele pode ocorrer tanto numa relação de poder institucionalizada e formalizada – exemplo: relação de orientação ou de algum nível de subordinação que envolve a relação entre sujeito que avalia e sujeito que é avaliado, como no caso de disciplinas e eventos acadêmicos – quanto em outras relações que não envolvam necessariamente hierarquia explícita, mas que recorram a uma hierarquização de gênero socialmente construída.

A partir da incorporação dessa hierarquização social, há a possibilidade de que os sujeitos construídos como masculinos se utilizem de seus lugares de privilégios socialmente definidos e ajam legitimados por uma naturalização histórica dessa hierarquização de maneira a objetivar as mulheres, independente da posição hierárquica por elas ocupadas.



ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

Este é um estudo qualitativo e envolveu a realização de entrevistas a partir de roteiros semiestruturados com duas mulheres acadêmicas do campo da Administração. Para interpretação dos dados, foi utilizada a abordagem teórico-metodológica da AFD (Análise Francesa do Discurso).

O CONCEITO DE GÊNERO E SUA ABERTURA A UM PENSAMENTO  
DESNATURALIZADO ACERCA DA OBJETIFICAÇÃO SEXUAL DE MULHERES

Gênero, para Butler (1990, p. 45, tradução nossa), é a “estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetitivos em um quadro regulador significativamente rígido que congela ao longo do tempo para produzir a aparência de substância, de um modo natural de ser” e envolve performances de normas estilizadas. Para Scott (1995, p. 86), ele é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

O conceito de gênero emerge como ferramenta desconstrutiva de diferenciações historicamente construídas para as identidades atribuídas aos sexos biológicos feminino e masculino. Falar de gênero é falar de identidades construídas como femininas e masculinas e, ainda, pensando nas relações entre gêneros e poderes, refletir a respeito não somente das construções feminino e masculino, e da



tentativa historicamente hegemônica de fechar estes dois polos como se pudessem ser pensados como essências; mas também a respeito das hierarquizações constituídas em torno do pensamento binário envolvido na referida polarização que colocou o masculino (atribuído aos homens) em lugar social de privilégio em detrimento do feminino (atribuído às mulheres) ao longo da história. Nas palavras de Scott (1995, p. 84),

Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual. Devemos nos tornar mais autoconscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar. Devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica. Se utilizarmos a definição de desconstrução de Jacques Derrida, essa crítica significa analisar, levando em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e localizando sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real ou autoevidente ou como fazendo parte da natureza das coisas.

Entendendo o pensamento binário como levando a um processo intrínseco de hierarquização, a emergência de um contrato social que pressupôs a constituição de uma sociedade civil baseada no silenciamento a respeito da operacionalização



da existência de uma concepção de sujeito de direito excludente naturalizou (porque o fez por meio de argumentos de ordem científica e biológica, como se fossem aspectos naturais, intrínsecos e inquestionáveis, pautados em meio a um processo de valorização de ideais iluministas de racionalidade instrumental que, poderiam, com a emergência da ciência, serem devidamente reforçados) o fato de que, juntamente com o surgimento dessa sociedade civil, estavam as mulheres que se tornaram não sujeitos, mas objetos de contratos (Pateman, 1993).

Pateman (1993), em uma discussão clássica que empreendeu sobre o assunto, reforça a existência de um silenciamento a respeito dos contratos sexuais, pois estes escancaravam justamente a emergência de uma sociedade legalizada de forma desigual em função da categorização sexual. Observa-se, portanto, que, quando se discute uma sociedade baseada em valores patriarcais, o campo de saber (e poder) do Direito aparece como articulador histórico que confere legitimidade à objetificação sexual das mulheres, a partir da maneira, sobretudo, como foram regulamentados os contratos matrimoniais e do âmbito do direito familiar. Neste caso, trata-se de uma esfera jurídica refletindo as construções patriarcais da sociedade e contribuindo para sua naturalização, e para a instituição de ordens patriarcais que são criticamente problematizadas neste artigo. Não por acaso, aqui, trabalhamos com um conceito de assédio que nega a

restrição de definição que a lei o impõe, como poderá ser observado na próxima seção em que discutimos teoricamente o assédio.

Importante considerar, contudo, que, em uma visão pós-estruturalista de pensamento, as leis não são, em si, fontes de poder, pois o mais importante é entender as construções sociais que culminam nessas leis (exercício que justamente fazemos neste estudo ao entendermos que a dimensão sociológica do assédio é mais importante do que nos fecharmos à sua dimensão jurídica). Se nos valemos aqui, nesta discussão, das relações entre saber e poder, nosso referencial teórico acaba se aproximando da genealogia do poder de Foucault (1992). Nessa genealogia, o autor desenvolve uma analítica do poder que não é jurídica e que não diz respeito fundamentalmente a aspectos legais (Machado, 2012).

Nesse sentido, o aspecto jurídico não é aqui tratado como algo central para pensarmos as construções de gênero, a objetificação da mulher e o assédio, embora devam ser problematizados e sejam reflexos inclusive do silenciamento e do pouco enfrentamento relativo ao assunto. Mesmo não central, insere-se na discussão porque o próprio Foucault (2006), em um diálogo sobre o poder com estudantes, reconhece a lei e o sistema jurídico como um dos integrantes do

sistema de poder, quando fala especificamente do discurso sobre a loucura, que foi seu objeto de estudo.

[...] acho que o problema é examinar o discurso sobre a loucura, as instituições que dela se encarregaram, a lei e o sistema jurídico que a regulamentaram, a maneira como os indivíduos se viram excluídos [...]. Todos esses elementos pertencem a um sistema de poder [...]. A análise consiste em descrever as ligações e relações recíprocas entre todos esses elementos (Foucault, 2006, p. 254).

Retomando, então, a discussão sobre a objetivação, ela ocorreu por meio de processos que instituíram as mulheres, por exemplo, considerando a estrutura patriarcal das sociedades modernas, como juridicamente incapazes, tendo um homem que por elas respondessem, seja este homem seu pai, seu irmão ou seu marido (Pateman, 1993). Historicamente, pretendeu-se a constituição de identidades de mulheres objetivadas tanto do ponto de vista de seu papel estritamente reprodutivo para as nações e para seus ideais desenvolvimentistas e mercadológicos (e para a sustentação da necessidade de proteção à soberania dessas nações que, objetivando manter o monopólio do uso da força, colocou as mulheres no papel reprodutivo e do cuidado daqueles que iriam compor essas nações) como de seu papel na esfera doméstica e, ainda, de satisfação sexual do homem.

É precisamente no último aspecto mencionado que reside mais especificamente a discussão empreendida neste artigo: a objetificação sexual das mulheres e a naturalização de práticas que decorrem dessa objetificação, tal como a naturalização da constituição de seus corpos como mercadorias; dos assédios e a constituição de uma cultura do estupro (Rentschler, 2014) cotidianamente banalizada. Acionar o conceito de gênero contribui para um pensamento desnaturalizado a respeito da objetificação sexual das mulheres porque permite a apreensão do caráter histórico da construção social de feminilidades e masculinidades em meio a relações entre saber e poder na sociedade, sendo saberes científicos, tradicionais e religiosos, por exemplo, que contribuíram para relações de gênero pautadas por relações de poder que engendraram a objetificação da mulher e engendraram, também, ao masculino, o lugar de assediador.

Tal lugar, influenciado por relações entre saber e poder, se liga ainda à construção de masculinidades que são hegemonicamente apresentadas aos homens desde suas primeiras fases de socialização tornando-se, inclusive, testes de adequações a masculinidades hegemônicas associadas necessariamente a uma negação do feminino. Nesse processo, a sensibilidade masculina (por exemplo, a sensibilidade na percepção da injustiça representada pela transformação da diferença sexual em desigualdade desprivilegiadora da



mulher) é ainda, em definições conservadoras, caracterizada como sinais de feminilidade que devem ser negados aos homens.

Todo esse processo promove e reforça a naturalização de uma cultura de assédio sexual que é significativamente silenciada nos diversos contextos sociais e organizacionais, a qual é somatizada, no caso específico deste artigo, pela construção dos espaços acadêmicos como espaços nos quais as mulheres sofrem intensos processos de deslegitimação enquanto produtoras e organizadoras de conhecimentos (se o saber pode levar a ocupações de posições de poder e, por meio dele, as mulheres poderiam/podem ter acesso ao exercício do poder, historicamente a elas negado, as estruturas e as relações ainda convivem com mecanismos de enfrentamento a alterações de ordens vigentes de hegemonia do masculino (Holvino, 2010) como estando ligado à racionalidade instrumental característica do privilégio de um saber científico hegemônico).

Nessa discussão, cabe questionar, entre outros aspectos: o pensamento essencializante a respeito do que seja o masculino e o que seja o feminino; o aspecto binário do pensamento associado a gênero; a valorização da razão instrumental em detrimento de outras razões, como a subjetiva e a dialógico-comunicativa; e a própria concepção de ciência, construída em torno de uma pretensa neutralidade axiológica e de uma imagem de confiabilidade que

pudesse ser capaz de fazer frente a diversas instituições de saber e poder na sociedade. Todos esses aspectos reforçam um lugar subalterno para o feminino nos diversos espaços sociais e organizacionais. Como discutido, no contexto acadêmico, em específico, a tentativa de afirmação desse lugar ocorre em diversos níveis quando relações entre saber, poder e gênero se entrecruzam (Fordham, 1993; Mahtani, 2004; Søndergard, 2005).

## ASSÉDIO SEXUAL E O SILÊNCIO EM ESTUDOS A RESPEITO DA PRÁTICA NO CONTEXTO ACADÊMICO

A academia não é só um espaço de produção e reprodução do conhecimento. A academia é, também, um espaço que reproduz as relações históricas androcêntricas que colocam as mulheres em posição subalterna perante os homens. Sendo assim, não é de se espantar quando as mulheres no espaço acadêmico sejam objetivadas como seres sexualizados, sempre disponíveis para agradar o desejo masculino.

Assim, como em qualquer outro ambiente, o assédio sexual aparece como uma prática constante, mesmo que de forma quase invisível, como foi constatado por um dos poucos levantamentos feitos sobre o assunto na academia. Desenvolvido nos Estados Unidos focando especificamente na Antropologia, demonstrou que



64% dos participantes da pesquisa, composta majoritariamente por mulheres (77,5% da amostra), relataram que já sofreram assédio sexual na academia (Clancy *et al.*, 2014).

Apesar de pouco falado e existirem tão poucas pesquisas sobre o assunto, dentre as quais podemos citar as de Fitzgerald (1988a; 1988b), o caso é tão grave que mereceu um manifesto contra o assédio sexual na academia. Assinado por 18 das 21 participantes, oriundas dos mais diversos países, de um encontro internacional de física teórica, o Group 31, ocorrido no Rio de Janeiro em 2016, o manifesto coloca o assédio sexual como um dos principais problemas enfrentados pelas cientistas. Os casos são tão comuns, como consta no manifesto, que surpreenderam até mesmo as mulheres que assinaram o documento (CBPF, 2016).

No entanto, dados estatísticos não trazem o assédio como um elemento de surpresa. No Brasil, uma pesquisa do Instituto Avon e Data Popular (2015) sobre a violência contra a mulher na academia apontou que 56% das mulheres participantes do estudo já sofreram assédio sexual nas dependências das universidades. Parece-nos que esta é uma prática tão antiga quanto velada, mas que é de conhecimento público.

Ainda segundo a pesquisa do Instituto Avon e Data Popular (2015), 73% das mulheres conhecem casos de assédio sexual nas universidades. Lembramos que nos banheiros e nos encontros depois da aula, em que estão presentes somente mulheres, é comum relatos sobre isso. Sabemos e passamos às iniciantes quais professores devem ser evitados. Há, entre nós, até um *ranking* – não baseado na avaliação da Capes, claro – dos programas de pós-graduação em Administração com base nos casos que ouvimos falar de assédio sexual. Quase sussurrando, alunas de pós-graduação se acostumaram a falar sobre o assédio, sempre se perguntando se este é o “jogo da academia”.

Matarazzo (2017), em seu artigo, também da área de Administração, centrado nas condições dos bolsistas em programas de pós-graduação *stricto sensu*, chama a atenção sobre o assédio sexual sofrido pelas acadêmicas, em especial (mas não exclusivamente) as bolsistas, por estarem mais vulneráveis neste “ambiente que se tornou doentio” (Matarazzo, 2017, p. 11) devido a práticas perversas naturalizadas. Nesse contexto, o que depreendemos é que as mulheres bolsistas, além de sofrerem algumas mesmas práticas abusivas a que estão submetidos os homens bolsistas, podem conviver com o reforço deste abuso por serem mulheres, por suas identidades se ligarem a um corpo feminino.

ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

Entretanto, ainda são poucas as que, entre nós, têm coragem de denunciar o assédio sexual. Além da óbvia dificuldade de se provar o assédio, as acadêmicas ainda têm medo da culpabilização da vítima. Basta lembrar o caso amplamente divulgado pelas redes sociais e, posteriormente, pela mídia tradicional, em 2015, em que a doutoranda da UFSCar, Thays Moya, denuncia seu orientador. Vimos diversas manifestações de apoio a Thays, mas também vimos, chocadas, pessoas perguntando se ela não estava exagerando e, até, alguns dizendo que ela pode ter se “oferecido”.

É claro que denunciar o assédio não é tarefa fácil. Compreender o que se passa, romper com as relações de poder e, ainda, passar pelo julgamento da sociedade não é para qualquer uma. Principalmente em uma sociedade sexista como a brasileira em que o conceito do que constitui ou não um assédio sexual não costuma levar em conta a desigualdade de gênero e, muitas vezes, percebe o assédio como um comportamento sexual inócuo, próprio da brincadeira da conquista.

O assédio sexual, no entanto, não é brincadeira. Na verdade, o assédio sexual nada tem a ver com sexualidade, mas sim com dominação e poder (Mackinnon, 1987). Seja uma prática mais direta, em que a coerção está presente, seja disfarçado em cantadas, o assédio sexual tem menos a ver com a mulher



assediada do que com uma estrutura social andrógina. Para Dromm (2012) o assédio sexual faz parte de um conjunto de práticas discriminatórias contra as mulheres. Paludi (1990) explica que o assédio sexual tem relação com a dominação e competição entre machos. A ideia é exibir a masculinidade assediando mulheres. Não se trata, portanto, de desejo sexual, mas de ego, de orgulho masculino, de marcar posição perante os outros machos. “Ei, olha como sou viril”, exprime melhor o assédio sexual do que “ei, olha como te desejo”.

Ampliando a discussão para além de considerações acerca do assédio feitas por Mackinnon (1987), que é uma teórica feminista liberal, buscamos definições em Fitzgerald, Swan e Magley (1997), a fim de se tentar chegar a uma definição que, tanto amplia a concepção jurídica de assédio, da maneira que aqui objetivamos, como não limita as potencialidades de crítica à prática do assédio concernentes ao posicionamento adotado neste artigo. Para essas autoras, configuram-se como assédio sexual práticas de natureza sexual não desejadas associadas ao contexto do trabalho, e que são recebidas, pela vítima, como ofensivas e excessivas, afetando seu bem estar dentro do ambiente de trabalho e, inclusive, sua possibilidade de reagir (Fitzgerald, Swan & Magley, 1997).

Nessa definição, a ideia de hierarquia é silenciada. Nesse sentido, coaduna com nosso posicionamento de que as práticas de assédio não só ocorrem em relações

oficialmente hierárquicas, podendo também ocorrer entre pares; e de um subordinado para seu superior (como no caso de aluno para professora, neste contexto de discussão a respeito de assédio sexual direcionado a mulheres). No entanto, buscamos, ainda, ampliar outro aspecto presente na definição de Fitzgerald, Swan e Magley (1997), que é o contexto de ocorrência do assédio, limitado, neste caso, ao campo do trabalho. Neste estudo, defendemos a importância de se problematizar o assédio não só associado a espaços organizacionais, como também a espaços sociais, em geral.

Nesse sentido, uma definição que poderíamos elaborar como a que condiz com a adotada neste estudo seria a do assédio como práticas de violência, no sentido de invasão de espaços e permissões, de natureza sexual não desejadas pela vítima, ocorridas em espaços organizacionais e sociais, em relações hierárquicas ou não de trabalho ou de interações sociais e que impliquem, ou não, em reações explícitas de resistência, ou em não reações de resistência advindas de aspectos que dificultam a resistência em função de o assediador poder punir o assediado, e/ou simplesmente por serem práticas demarcadas por aspectos mais abrangentes de um contexto social de base patriarcal e constituído a partir de performatividades de gênero que colocam a vítima em um lugar simbólica e, por vezes, efetivamente inferior, e em lugares de objetivação por vezes psicologicamente compulsórios.

As cantadas, aliás, são os meios mais comuns de assédio sexual, uma vez que são muitas vezes aceitas como parte do jogo da sedução, e não como violência. Aqueles que a praticam costumam encará-las como um simples elogio. É assim que muitos homens na academia ainda se acham no direito de fazer “gracejos” com as mulheres ao seu redor, sejam elas mestrandas e doutorandas sob sua orientação e, até, profissionais que, no que tange a qualificação, estão no mesmo nível ou acima deles. E o pior, essas pessoas não conseguem ver que não estão fazendo um elogio às mulheres, mas replicando uma violência social. Avanços indevidos, toques sem autorização, piadinhas e palavras com forte conotação sexual não são elogios! Vamos, então, chamá-los pelo o que são: assédio sexual.

Para muitos, cantadas são formas inocentes de sedução, um jogo entre iguais, já q se trata apenas de um convite a uma aventura amorosa e/ou sexual. “Ora, a cantada é uma proposta habilidosa, visando convencer o outro. [...] Existe aí uma intencionalidade em buscar a cumplicidade [...]” (Freitas, 2001, p. 14). Na cantada utiliza-se as palavras para convencer um lado a embarcar no desejo do outro. Exclui-se, portanto, a coerção, uma vez que a parte que recebe a cantada tem a liberdade de recusá-la. “Seduzido e sedutor são papéis intercambiáveis e partes do mesmo jogo, lados diferentes da mesma moeda, complementos do mesmo sonho”, ainda defende Freitas (2001, p. 16). Já no assédio sexual está presente o

autoritarismo resultante das relações de poder sendo, portanto, um fenômeno eminentemente organizacional.

O mesmo posicionamento, então, da legislação brasileira sobre assédio sexual, que o define como a tentativa de “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”, conforme artigo 216-A do Código Penal inserido em 2001 (Brasil, 1940). Visto desta forma, as cantadas não podem ser confundidas com o assédio sexual, principalmente no Brasil em que, segundo Freitas (2001), as rotinas sociais são culturalmente sensualizadas e a cantada faz parte do dia a dia. O problema é que esse pensamento não leva em conta a hierarquia social entre homens e mulheres que é historicamente criada e reforçada gerando desigualdades de gênero (Mackinnon, 1987; 1993).

Se assédio sexual tem a ver com hierarquia de poder e as cantadas não estão isentas deste componente, se evidencia uma violência, já que está carregada do “poder do macho”, da supremacia masculina que é hegemônica na sociedade, dado que gênero feminino possui um *status* social inferior ao masculino. Restringir a ocorrência de assédio sexual a uma relação formal de hierarquia e, portanto, a coerção, faz com que as vítimas tenham mais dificuldades de compreender o que

aconteceu com elas. E mais ainda, por não conseguirem validarem suas experiências a partir desse conceito reduzido, impõem a si mesmas o silêncio, contribuindo com a invisibilidade do assédio sexual, avisa Paludi (1990).

É desta forma que conceituamos aqui o assédio sexual como a imposição do poder de gênero por meio de ações sexuais, visando dominar e/ou inferiorizar, sendo uma manifestação de uma prática social patriarcal, resultado da desigualdade de poder entre os gêneros, independentemente, portanto, de relações formalmente hierárquicas (Mackinnon, 1987; 1993; Paludi, 1990). Pode-se dar de forma explícita ou utilizar de mecanismos mais sutis e se dar de forma coercitiva ou não. Fica claro, portanto, que essa violência não se restringe ao ambiente laboral e, muito menos, às relações formalmente hierárquicas, mas recorre a uma hierarquização de gênero socialmente construída.

## CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este é um estudo de abordagem qualitativa, uma vez que buscamos compreender aspectos da vida social relativos à experiência vivida de mulheres a partir do assédio sexual na academia. Trata-se, portanto, de um estudo que foca no sentido subjetivo que, segundo Palassi e Paula (2014, p. 159), “[...] está sempre associado a uma história e a um contexto diferenciado e não é algo que aparece

diretamente nas respostas das pessoas, mas disperso na produção total de cada um”.

Para nós, o tema deste estudo é complexo, pois a subjetividade das entrevistadas “[...] se subordina a aspectos econômicos, políticos ou de outra natureza”, fazendo com que existam “múltiplos elementos de sentido que atuam simultaneamente na ação social do sujeito, constituindo o cenário de seu próprio desenvolvimento subjetivo” (Gonzalez Rey, 2000, p. 67, tradução nossa). Ao falar de assédio sexual, tratamos diretamente da história social das mulheres (de todas as mulheres), que se desenvolve na desigualdade de gênero e na dominação.

Desta forma, utilizando um roteiro semiestruturado, numa pesquisa ainda em fase exploratória, entrevistamos três mulheres docentes e pesquisadoras (como este artigo envolve os resultados de uma pesquisa mais abrangente que ainda está em andamento, mais entrevistas serão realizadas) que possuem a trajetória acadêmica no campo de estudos da Administração. As entrevistadas, cujos nomes aqui utilizados são fictícios, foram selecionadas a partir de indicações “bola de neve”. Todas as entrevistas foram gravadas com a devida autorização das entrevistadas.

Com os dados em mãos, desenvolvemos uma análise interpretativa, em que seguimos as palavras de Ghedin e Franco (2006, p. 14):

O real é uma “revelação” que pode se dar a partir de uma interpretação dos dados. Isso porque a realidade se mostra na mesma proporção que criamos a habilidade de interrogá-la em seu sentido e em seu significado. Nisto consiste a árdua tarefa do conhecimento: destrinchar a complexidade do real no singular sem perder de vista e sem deixar de ter como horizonte a totalidade daquilo que nos aparece como particular. Essa revelação se estabelece na proporção em que pesquisar-estudar torna-se um compromisso político que nos leva a assumir eticamente os destinos de nossa sociedade.

A abordagem teórico-metodológica utilizada foi a da Análise do Discurso de Linha Francesa, envolvendo o entendimento de que ao falarmos sobre discurso não nos referimos apenas a transmissão de informações mas, sobretudo, ao efeito de sentidos, dado que “[...] no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos [...]”, afirma Orlandi (1999, p. 21).

As categorias e subcategorias de análise emergiram após a produção dos dados, não sendo um processo feito previamente à realização das entrevistas. A partir



ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

do contato com o campo, as categorias foram estabelecidas em função das características discursivas dos dados produzidos, sendo elas:

- Categoria 1: O lugar de fala sobre gênero e assédio das acadêmicas entrevistadas, com as subcategorias: a) acesso a discussões sobre gênero; b) posicionamentos diante do feminismo e c) significações a respeito de assédio e violência sexual;
- Categoria 2: Assédio em espaços sociais e organizacionais, com as subcategorias: a) relações de gênero e b) situações de assédio que marcaram, em suas memórias subjetivas, espaços sociais e organizacionais vivenciados;
- Categoria 3: Assédio na academia, com as subcategorias: a) aspectos sobre relações de gênero; b) relações entre pares na academia; c) as vivências de pesquisa de campo; d) vivências em eventos e congressos acadêmicos; e) vivências em sala de aula, como professoras; f) vivências com superiores no contexto acadêmico e g) a assunção do silenciamento.

## O LUGAR DE FALA SOBRE GÊNERO E ASSÉDIO DAS ACADÊMICAS ENTREVISTADAS

As mulheres entrevistadas foram caracterizadas pelo mínimo possível de informações a fim de que o anonimato delas fosse garantido, sobretudo considerando a dificuldade de romper o silenciamento a respeito de assuntos como assédio. Elas foram identificadas, neste estudo, com nomes fictícios e os fragmentos discursivos analisados foram numerados a partir da sigla FD. As entrevistadas são:

- Cíntia, professora do curso de graduação em Administração. É graduada, mestre e doutora em Administração. Atua na área de Estudos Organizacionais e Sociedade. Tem 31 anos, é casada e tem um filho;
- Mariana, professora de curso técnico e de graduação em Administração. É graduada, mestre e doutora em Administração. Atua na área de Marketing e Administração Geral. Tem 31 anos, reside com o noivo e não tem filhos.

Esta seção traz caracterizações a respeito do lugar de falar das mulheres entrevistadas, entendendo o lugar de fala como a contextualização do indivíduo nas bases sociais em que ele se constituiu como sujeito. No caso específico deste artigo, interessa-nos, em relação a essas mulheres entrevistadas, sua vinculação

ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

a uma trajetória ou não de acesso a discussões de gênero; aos posicionamentos que assumem diante do feminismo, que é significativamente o pautador de discussões políticas a respeito do assédio sexual e de construções de gênero que objetificam a mulher e, também, suas significações a respeito do assédio e da violência sexual. Tais caracterizações se tornam importantes em um processo de AFD para a localização dos sujeitos de fala, permitindo um entendimento mais contextualizado e aprofundado de seus discursos, os quais, para Van Dijk (1997), são veículos de ideologias e, portanto, dizem respeito a determinadas visões de mundo.

Na academia eu percebi que existe uma relação de maior abertura pra discussão, porque a gente não consegue ter essa abertura na sociedade, eu não consigo com meus pais. Eu só tive acesso a discussões de gênero na universidade. Na sociedade, muito pouco espaço. Na minha época de graduação eu tentei pesquisar alguma coisa sobre, mas meu orientador não me deu abertura. Foi na academia que eu tive espaço para esse debate, até porque no meu meio... quando eu vim com este discurso de igualdade, eu fui considerada rebelde, mandona, general (FD1-Cíntia)

Eu acho que durante a minha formação na época do doutorado, acho que começou a ficar um pouco mais evidente [as discussões sobre gênero] e até porque alguns colegas do doutorado... eles estudavam, se preocupavam mais, tinham um olhar para essas questões de gênero,



porque até então, para dizer a verdade, eu não tive acesso durante a faculdade. [...] Eu fiquei me perguntando que isso já deveria ter me afetado na faculdade, mas não havia discussão sobre o assunto no momento. Ainda vi... onde eu trabalho eu já vi relatos de violência contra mulher, então eu fico... eu acho que nesse momento me leva a maior reflexão sobre assunto e ainda não sei o que eu posso fazer sobre isso, como eu posso contribuir [...] (FD2-Mariana)

O espaço universitário e, aqui, sobretudo o acadêmico em nível de pós-graduação, foi o principal responsável pelos contatos das mulheres entrevistadas com discussões sobre gênero, como podemos perceber nos percursos semânticos estruturados a partir das FDs 1 a 2. Cíntia, na FD1, constrói inclusive uma interdiscursividade entre o espaço acadêmico e o espaço social e familiar, no qual ela, por ter tentado introduzir uma discussão sobre gênero, foi metaforicamente associada a "*rebelde, mandona, general*", metáforas essas que refletem, em termos de condições sociais de produção dos discursos, sua descaracterização como feminina dentro dos moldes padrões dos contratos sexuais (Pateman, 1993) por tentar estabelecer um discurso de igualdade que, em tese, colocaria a mulher no lugar que seria socialmente atribuído ao homem: o do poder de voz no espaço público.

Eu venho de uma família de orientação muito patriarcal, eu fui criada nessa doutrina. [...] Então eu venho com essa orientação e um respeito



ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

muito grande pelo masculino, pelas questões bíblicas, meu pai evangélico, que Deus é a cabeça do homem, e que o homem é a cabeça da mulher. Então toda essa construção sócio-histórica eu não consigo.. isso reflete na minha vida e no meu contato inclusive com homens. Entretanto, os meus estudos me permitiram outra situação. (FD3-Cíntia)

A respeito da interdiscursividade construída entre o espaço acadêmico e os espaços social e familiar a partir da FD1, na FD3, Cíntia reforça um processo de socialização de base patriarcal bastante significativa e reconhece explicitamente as influências deste processo em sua vida e seu comportamento. Apesar de indicar a socialização secundária da academia como possibilitadora de outro contexto que rompe com o contrato sexual (Pateman, 1993), reconhece explicitamente a influência do patriarcado em suas práticas.

[...] meu pai... um dos maiores desgostos do meu pai foi eu trabalhar fora e construir o meu espaço, minha carreira profissional, entre aspas ser dona do meu nariz. Para ele o momento foi... quando saí de casa... então eu comecei a estudar gênero, abriu muitos horizontes para eu pensar minha prática social e para pensar no papel na sociedade como formadora de opiniões e transmitir a minha mensagem para as outras mulheres, para ela se colocar enquanto sujeito e construírem as suas histórias. (FD4-Cíntia)

Na FD4, o enunciado de Cíntia traz como explícito seu rompimento com o ideal implícito de divisão sexual do trabalho que lhe foi historicamente imposto e a assunção de um posicionamento divergente da ideologia dominante na sociedade, que ainda perpetua princípios de divisão sexual do trabalho.

Eu acho que aos poucos, a partir do momento em que eu entrei na relação do mercado de trabalho, eu comecei a prestar mais atenção nessa relação. Porque até então, para te dizer a verdade, não é algo que me incomodasse, porque quando eu estudava eu achava que é... nossa... que as atividades [de homens e mulheres] eram semelhantes [...] porque até a partir do momento que eu comecei a trabalhar na [nome da IES (Instituição de Ensino)] que os alunos começaram a trazer mais essa questão [de gênero], eu comecei a pensar mais sobre isso também né. Eu trabalhei em duas cidades diferentes, uma bem desenvolvida e a outra visivelmente menos desenvolvida socioeconomicamente. Numa cidade, a gente ainda percebe assim a mulher pedindo permissão para o homem para fazer algumas coisas né, então até mesmo dirigir, por exemplo, que, para mim, isso não fazia parte do meu dia a dia porque na minha família... isso não... ser uma mulher ou ser homem não era uma condição para quem ia dirigir. Mas eu percebi assim por meio dos alunos que não era tão simples assim, então a mulher para tirar carteira de motorista tinha que ter a permissão do marido né, a mulher para ir na academia, tem que ter permissão para o marido, que só pode ir na academia para as mulheres, e no período que o homem acha que é adequado para ela ir né. Então, na verdade, a partir do momento que eu comecei a me

ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

envolver com outras pessoas na condição de professora né, ia conversar com os alunos sobre algumas questões que comecei a ver como isso ainda é forte na nossa sociedade (FD5-Mariana)

Na FD5, Mariana traz a caracterização do espaço de sala de aula como o lócus de seu contato prático e efetivo com as discussões de gênero. Em sua entrevista, a demarcação dos alunos como as personagens discursivas que lhe trazem a demanda por uma problematização de gênero é bastante forte. Nesse sentido, foi seu contato com o contexto de trabalho acadêmico que lhe propiciou maior vivência relativa às discussões de gênero e percepções acerca das desigualdades de liberdades no que se refere a performances de gênero que colocam a mulher no lugar de submissão e de ter que pedir permissão para determinadas atividades (Butler, 1990). Mariana, o tempo todo, se refere ao seu espaço familiar como um espaço no qual a igualdade de gêneros foi obtida, o que fez com que ela tivesse dificuldades de visualizar as desigualdades presentes nos espaços sociais e organizacionais.

Normalmente eu não chego para trabalhar a relação entre homem e mulher na sociedade não, não coloco isso especialmente em tópico, mas [...] a gente vai conversando e eles vão trazendo algumas situações. Normalmente eles trazem situações assim na terceira pessoa né: 'a minha amiga', 'meu vizinho', e daí tudo bem que eles tragam uma terceira pessoa, na primeira pessoa, para mim importante é a gente



discutir para tentar entender a situação ou como é que as mulheres também se sentem né. E eu já tive relatos também de homem de assédio, de homem de machismo e tal, 'tem que ser homem para fazer algumas coisas', isso é coisa de alguns alunos relatarem como eles percebem que o machismo pode ser algo negativo para eles mesmos. As disciplinas que eu leciono são da área de marketing, metodologia de pesquisa e introdução à administração, TGA (FD6-Mariana)

As disciplinas que Mariana leciona são da área de Marketing, metodologia de pesquisa, introdução à Administração e TGA e, apesar de explicitamente negar que tópicos de conteúdo de gênero sejam deliberadamente discutidos nessas disciplinas, ela narra que os alunos trazem as discussões. O fato de trazerem geralmente na terceira pessoa, como narra Mariana na FD6, ilustra, em termos de condições sociais de produção dos discursos, a dificuldade de se falar criticamente a respeito de gêneros em função de valores historicamente construídos e por vezes silenciados.

As entrevistas visaram, também, ao entendimento dos lugares de fala das sujeitas entrevistadas a respeito do feminismo, movimento e vertente acadêmica e prática (Sarti, 2004) protagonista das discussões a respeito de gênero e da própria conceituação do termo como ferramenta desconstrutiva (Scott, 1995). Tal entendimento se torna importante para a compreensão de suas enunciações



ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

discursivas e para o estabelecimento da relação dialógica representada por um artigo escrito por autoras que assumem, aqui, uma epistemologia feminista para o estudo.

Eu sou a favor do feminismo até certo ponto, eu tenho uma visão muito bacana acerca das mulheres que construíram seu papel social, que mudaram seu poder de voz, mas não sou extremamente feminista não, eu sou a favor de igualdade até certo ponto porque eu acho bacana também as diferenças. Eu não sou uma pessoa que acha que a mulher tem que ser homem e o homem tem que ser mulher, eu acho que a gente tem que buscar a igualdade até o ponto em que essa igualdade não vai nos descaracterizar enquanto sujeito. Eu gosto de ser feminina, eu prezo pela feminilidade. Algumas questões que eles falam que são rotuladas... estereotipadas que são coisas de homem, eu não quero fazer isso. Eu não quero trocar pneu. Pra mim, realmente é a coisa de homem. Então eu tenho uma visão bacana do feminismo. Eu acho que o movimento contribuiu muito para a evolução do papel do feminino na sociedade, mas eu não sou essas feministas doentes que ficam rotulando e querem desestereotipar alguns papéis sociais. (FD7-Cíntia)

Sobre o feminismo acho que é o movimento que também tem que discutir, tem que mostrar as questões como o homem a mulher podem ser vistos de forma mais igualitária. Eu acho que o movimento pode contribuir para isso. Às vezes acho que seja um pouco extremo demais, mas talvez tenha que ser extremo em certos momentos para estabelecer uma relação mais igualitária. Então, eu acho que é o



movimento válido também para começar a mostrar que a gente tem como senso comum que o homem pode mais do que a mulher, que a mulher é frágil né, que a mulher tem várias limitações. (FD8-Mariana)

As entrevistadas reconhecem explicitamente a importância histórica do feminismo, mas trazem como implícito subentendido em seus enunciados a associação do feminismo a uma suposta defesa da destituição da feminilidade para as mulheres (*"eu gosto de ser feminina, eu prezo pela feminilidade"* – FD7) e ao seu aspecto radical (*"às vezes eu acho que seja um pouco extremo demais, mas talvez tenha que ser extremo em certos momentos"* – FD8) o qual é redutor de toda uma gama de possibilidades para o feminismo, que pode ser entendido como movimento, teoria ou práxis (Teixeira, Cappelle & Oliveira, 2012). Sobre a assunção do ser feminina em detrimento de ser feminista, discurso presente na FD7, Teixeira, Cappelle e Oliveira (2012) já abordaram tal assunção como reflexo da significação negativa que hegemonicamente se construiu a respeito do feminismo, rotulando o mesmo, por exemplo, como defensor da existência de mulheres masculinizadas e lésbicas.

E o que as mulheres entrevistadas entendem por assédio e violência sexual? O ponto de partida do estudo foi a compreensão da significação das próprias mulheres a respeito dos temas assédio e violência sexual. Sendo assim, não foram previamente apresentados a elas conceitos.

A mulher é o principal pivô das relações de assédio. Ele [o homem] entende aquela condição de falar palavra... palavra abusiva. Eu vou falar na prática, eu entendo assédio sexual como um desrespeito tanto ligado ao homem ou ligado a mulher que vem de alguma... no sentido sexual, e pode ser com palavras, pode ser com toque, pode ser com algum tipo de chantagem, e eu vejo muito acontecer, a gente escuta muito falar de assédio sexual no trabalho e a grande maioria dos casos de assédio são pautados por relações de poder e de subordinação entre chefe e subordinado, relações verticais, relações horizontais, então eu entendo como uma relação de um sujeito para o outro. O termo violência sexual... eu entendo assédio como ainda não o ato, não foi provocado o ato sexual. O assédio está mais no discurso. Já a violência eu entendo a partir da prática, eu não visualizo a violência sexual nesse sentido, apesar de ter uma violência sexual também discursiva. A violência é como se fosse a efetivação do assédio sexual (FD9-Cíntia)

O que seria violência sexual... o homem tentando [pausa, pensando] ter relações sexuais com uma mulher sem que ela... sem consentimento dela ou talvez ou ter consentimento dela, mas na violência mesmo, ser violentada. Eu tenho consciência de que ainda bem que a gente sabe que tem tantas violências sexuais. Mas a questão do assédio, sim... eu acho que a violência talvez eu vejo como algo... primeiro parece que vem um assédio, depois a violência. Eu não sei se isso tem relação, mas pra mim,

pensando assim, o assédio todas as mulheres de alguma forma ou outra já sofreram. A violência é algo mais específico (FD10-Mariana)

Como é possível perceber a partir das FDs 9 a 10, as mulheres significam o assédio como um estágio menos avançado do que a violência sexual, caracterizada, na FD9, como a *"efetivação do assédio"*. Além disso, há o reconhecimento da capilaridade do assédio como experiência praticamente inerente à vivência das mulheres (*"o assédio todas as mulheres de alguma forma já sofreram"* – FD10). Tais considerações se ligam a condições sociais de produção do discurso que caracterizamos, em discussões de epistemologia e teoria feminista, como cultura do estupro (Rentschler, 2014), a qual está engendradora na sociedade de forma banalizada, refletindo o que discutimos no referencial teórico acerca da constituição dos corpos femininos como objetos sexuais (Pateman, 1993).

Em seguida, as mulheres foram confrontadas por nós com a definição legal de assédio, a qual pressupõe resistência e relação hierárquica, a fim que pudéssemos compreender seus posicionamentos acerca da mesma, dado este importante, considerando-se que adotamos, neste artigo, uma definição mais ampliada e sociológica de assédio (Mackinnon, 1987; 1993; Paludi, 1990).

Eu acho essa definição um pouco arcaica em termos de lei. Eu acho que existe uma abertura para essa definição porque nem sempre este

assédio vai acontecer em relação de subordinação. Já me senti assediada e nem sempre eu estava numa posição de resistência, e nem sempre numa posição de subordinação. Eu acho que o assédio sexual acontece em estágios. Eu acho que a gente deveria estudar as tipologias de assédio e as várias fases em que estes assédios ocorrem. Falar dos seios [remetendo-se, discursivamente, a situação que tipifica como assédio vivenciado em sala de aula, e que será analisada posteriormente] em um nível, agora uma outra cantada mais forte, uma... coação ameaçando perder emprego, assédio sexual mais forte que cria resistência. Essa categorização precisa ser revista do ponto de vista da prática (FD11-Cíntia)

Eu vejo que tem que ter uma resistência. Agora, não acho que necessariamente o assédio aconteça com alguém superior. Pode acontecer entre colegas ou um espaço que a mulher é hierarquicamente superior, o homem pode ser subordinado e terá assédio. Eu acho que o conceito tá ligado à hierarquia, mas eu não acho que somente isso seja assédio. Se for a chefe e o secretário, acho que é uma forma de assédio. Não envolve a questão hierárquica, é uma forma de assédio sexual. Eu refleti muito pouco sobre assédio. O que eu vejo como assédio é alguém tentar alguma coisa e a outra pessoa não aceitar. Na verdade, não é que não aceita, não é do desejo dela participar daquilo que ela participou porque é o chefe ou porque vai ser mandada embora, ou porque é o professor, sei lá. Mas eu acho que não precisa ter essa... porque ela [a hierarquia] coloca as pessoas na condição 'olha, se você não fizer, você

vai ser demitida'. [...] Mas eu acho que não necessariamente precisa ser uma hierarquia para ser assédio sexual (FD12-Mariana)

O componente resistência é mais bem aceito como parte da caracterização do assédio, a qual é, no entanto, relativizada em função da possibilidade de uma não resistência advinda das relações de poder e de subordinação. Nesse sentido, embora as relações de subordinação e hierarquia sejam explicitamente citadas como aspectos relevantes para se pensar o assédio, as entrevistadas partem de um sentido mais ampliado de assédio, como o aqui empregado. Tal ampliação se torna importante em função de vários mecanismos de assédio que colocam a mulher em posições de subalternidade, independentemente da posição hierárquica por ela ocupada, embora os mecanismos estruturais e formais de poder devam ser considerados como partes intrínsecas da subordinação sexual de um corpo a outro (Mackinnon, 1987).

Importante observar, contudo, a importância dos efeitos de sentidos produzidos entre entrevistada e entrevistadora que levam Mariana a uma reflexão e significação sobre assédio a partir da interlocução propiciada pela pesquisa, o que pode ser refletido a partir das escolhas lexicais: *"eu refleti muito pouco sobre assédio"*.

## ASSÉDIO NOS ESPAÇOS E RELAÇÕES DO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO



ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

Antes de problematizarmos diretamente práticas de assédio potencialmente ocorridas no contexto acadêmico de Administração, analisamos as vivências das mulheres entrevistadas relativamente a outros contextos sociais e organizativos pelos quais passaram ao longo de sua trajetória de vida. Importante observarmos, contudo, que as narrativas a respeito dessas vivências são permeadas por limitações como a da própria memória e da própria dificuldade de significação da prática de assédio característica de sociedades que naturalizam e, por vezes, banalizam o assédio como prática justificável para o masculino, que estaria apenas exercendo aquilo que lhe é esperado em função de justificativas que, ideologicamente, invocam características biológicas (hormonais) para justificar práticas que, na realidade, são social e historicamente construídas, e fazem com que as meninas, desde os primeiros processos de socialização, tenham seus corpos construídos como aqueles que devem provocar algum tipo de atração e aprovação social (Pateman, 1993; Soihet, 2002).

Antes de narrativas a respeito de assédio, questionamos às mulheres como elas observavam as relações de gênero nos espaços sociais por elas vivenciados. E suas narrativas envolveram, por exemplo, o espaço das relações privadas e domésticas mas, tidas, em estudos de gênero e feministas, como relações que dizem também respeito à esfera do público.



Eu sofro algumas barreiras por ser mulher em alguns aspectos. Em casa mesmo, no meu dia-a-dia mesmo, quando eu vou resolver alguma coisa relacionada a meu casamento, a minha casa, as coisas de rotina às vezes... eu vou fazer uma negociação com uma pessoa de fora, eu já fui barrada. O construtor que tá olhando alguma coisa para mim, chega e fala 'eu não negocio com mulheres, cadê o seu marido?' né, coisas do tipo a gente sofre com esse tipo de barreira assim na sociedade. Meu marido me chama de macho né [risos], isso, 'você é macho né, isso não é papel de mulher, isso é papel de homem', então eu sinto que às vezes eu esbarro em questões que alguma coisa claramente determina pra mim que isso é coisa de homem, se o carro deu um problema, ele fala 'isso é coisa de homem'. (FD13-Cíntia)

Na FD13, Cíntia traz uma narrativa que constrói um percurso semântico que liga seu enunciado a um contexto social de produção do discurso ainda marcado pela divisão sexual do trabalho. Ao fazer atividades historicamente consideradas de responsabilidade masculina, é como se Cíntia performasse repetições de padrões de gênero não adequadas ao seu sexo biológico feminino (Butler, 1990). Ao fazê-lo, é, inclusive, destituída de sua identidade de gênero feminina, ao ser chamada de "macho" e, também, barrada, como se um homem tivesse que responder por uma atividade construída como masculina. Quando a personagem do construtor

ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

questiona “cadê o seu marido?”, a coloca num lugar de subordinação a um homem, necessariamente, para que o problema seja resolvido.

Em relação a situações de assédio em espaços sociais, as mulheres trazem alguns relatos importantes para esta discussão.

[...] eu fui desrespeitada... aquelas brincadeiras. Mesmo que às vezes não te afeta a pessoa te chamar de ‘gostosa’, esse tipo de coisa, me chamar de ‘capô de fusca’, eu escutei isso uma época, umas expressões horróricas que às vezes a gente recebe, mas não me incomodava, são coisas que não chegam a incomodar. (FD14-Cíntia)

Violência sexual, no momento, eu não me lembro [que tenha sofrido], mas seria assédio. Eu acho que tem jeito de falar também sobre uma mulher bonita né. Eu acho que ainda tem muito aquele discurso mais assim pejorativo com relação à imagem da mulher. E isso eu vejo como um certo assédio. [...] Existe uma forma de controlar isso sem ser um assédio né, como também existe uma outra forma que deixa a mulher constrangida. Eu acho que até alguns momentos faz com que a mulher queira esconder situação de assédio né porque vai pegar... ‘olha, como ela está vestida’. É, na verdade, pensando agora, eu acho que isso me prejudicou até na época de adolescência, porque se eu colocasse alguma roupa um pouco mais bonita, eu sentia muito mais essa repressão, essa visão de tipo ‘nossa, os homens vão te pegar, os homens vão te querer

sexualmente'. Tudo o mais negativo possível do que 'nossa, que legal, você tá se tornando mulher, você tá mudando seu corpo, você tá reconhecendo a sua própria sexualidade, isso é bom para suas relações sexuais, para sua vida'. Então eu acho que existe ainda muito das jovens mulheres e também das mulheres essa questão de que parece que mulher tem que ser muito forte para poder se mostrar como mulher. [...] Eu comecei a perceber isso na adolescência, por volta de 15 anos [...]. Na verdade, a medida que o corpo ia mudando, se mostrasse um pouquinho do novo corpo de mulher que estava se formando, parecia que isso era ruim, parecia que era errado sabe, [...] e o que vem à mente era dos homens te desejando, mas não aquele desejo... era um desejo de uso da pessoa, não de gostar de ficar com a pessoa. Então eu acho que, nesse sentido, quando a mulher começa a se desenvolver, mostrar a curva do seu corpo, deveria ser mais natural. Eu acho que esse olhar prejudica até a autoconfiança da mulher. Eu percebi isso em mim, até hoje percebo. Às vezes eu penso 'nossa, eu acho que o problema tá em mim, não nos outros, sabe?' (FD15-Mariana)

A FD14 reflete o contexto de naturalização de práticas discursivas de assédio às quais as mulheres são cotidianamente expostas. De tão corriqueiro, e analisado por meio de mulheres que foram significadas a partir da identificação do próprio corpo como objeto, o fato de não "incomodar" necessariamente é algo comum.

ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

A FD15, por sua vez, traz o processo de autorreflexão a que Mariana é levada ao ser solicitada a falar sobre assédios e violências sexuais, considerando a produção de um efeito de sentidos entre entrevistadoras e entrevistadas (*"Violência sexual, no momento, eu não me recordo"* e *"é, na verdade, pensando agora, eu acho que isso me prejudicou até na época de adolescência"*-FD15), no qual ela recorda as estratégias sociais de ocultamento do corpo da mulher, um corpo que, segundo, Trethewey (1999), em discussão contextualizada nos estudos organizacionais, transborda e que, sobretudo em espaços organizativos, é normatizado no sentido de se buscar um equilíbrio entre masculinidade e feminilidade (Teixeira, Perdigão & Carrieri, 2016), ocultando aquilo que possa ser característica explícita de sua sexualidade.

Nesta mesma FD15, Mariana acrescenta como justificativas contextuais ao silenciamento a respeito de práticas de assédio vivenciadas pelas mulheres o julgamento social que recairá sobre ela a respeito de suas roupas: *"eu acho que até alguns momentos faz com que a mulher queira esconder situação de assédio né porque vai pegar... 'olha, como ela está vestida'"*. A análise deste enunciado reforça como as práticas que naturalizam e dificultam a explicitação do assédio são muito mais complexas do que meramente a ocupação de posições de subordinação na hierarquia dos espaços sociais e organizacionais porque há mecanismos engendrados de julgamentos à performatividade ou não performatividade das



normas de gênero (Butler, 1990; Souza, 2016) por parte das mulheres muito mais profundos e que prescindem de uma relação hierárquica formalmente estabelecida.

Com certeza eu já fui muito mal interpretada pelas pessoas porque eu sou uma pessoa alegre, sou uma pessoa divertida. Até que as pessoas me conhecem um pouco mais, elas me interpretam mal. Só que eu não deixo que isso afete a minha forma de ser, eu não quero deixar de ser eu. E que a minha condição de falar sobre determinados assuntos com a leveza que eu sempre prezei. Eu falo sobre sexualidade sem tabus. Outras pessoas confundiram mas eu tentava sair pela tangente. E falavam 'você tá afim, eu estou sentindo um clima, e eu dizia que não, é só um clima de amizade'. Mensagem no WhatsApp, mensagem no celular, mensagem via Facebook, coisas do tipo que aparecem. [...] eu percebi isso quando eu estava triste com algum problema, eu percebi que às vezes eles se aproximavam de mim em outros contextos 'ah vem cá, eu vou te dar um abraço, eu vou te confortar'. Aquela coisa que você percebe que não era um abraço de amigo, um abraço tentando tirar uma casquinha de mulher (FD16-Cíntia)

A FD16 constrói um percurso semântico interessante para analisarmos como as exigências para que as mulheres repitam normas de gênero (Butler, 1990) se referem não somente ao modo de produção de seu corpo social, por meio das roupas, como também aos seus comportamentos. Um comportamento considerado



ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

mais aberto (ou de maior proximidade da mulher em relação ao homem) e que envolva a desmistificação da sexualidade como tabu abre brechas para as situações de assédio, refletindo a hegemônica consideração do caráter sexual socialmente conferido às relações entre homens e mulheres e, ainda, uma decorrente culpabilização da própria mulher, em virtude de seu comportamento, pelos assédios e violências sexuais sofridas.

No que se refere, agora, aos espaços especificamente organizacionais, as hierarquias de gênero são também observadas.

Em todas as experiências de trabalho que não foram na universidade, sempre ficou muito claro a relação de poder entre homem e mulher, na relação subordinação. Então eu, enquanto mulher, sempre fui subordinada a homens. Só no meu estágio que eu tive uma mulher que era uma gerente. Entretanto, ela era subordinada ao gerente geral  
(FD17-Cíntia)

A FD17 reflete um contexto social de produção discursiva em que, para estruturas organizacionais inseridas em um contexto no qual a gestão foi hegemonicamente construída como masculina, branca e heterossexual (Carrieri *et al.*, 2013), os ideais de masculinidades hegemônicas são ainda percebidos como os mais adequados às organizações idealizadas como templos de racionalidade



instrumental, a qual foi associada aos homens. Às mulheres, dicotomicamente, havia a consideração de um predomínio de racionalidade substantiva que poderia impedir o adequado papel da Administração como braço armado de uma economia neoliberal (Aktouf, 2004). Nesse sentido, as ascensões hierárquicas das mulheres nos espaços organizacionais são ainda permeadas por significativas barreiras. Tal processo contribui para a construção de espaços acolhedores das práticas de assédio, uma vez que as relações de poder de gêneros são, por meio de hierarquias formais, reforçadas. Como hegemonicamente os homens ocupam os espaços de poder, suas estratégias de troca para a efetivação do assédio são muito mais evidentes.

[...] o caso que mais me chocou assim que eu me recordo foi quando eu era estagiária [em um banco público] e cursava meu curso de graduação. Eu estudava de dia e trabalhava à noite, e mudou a gerência. [...] quando ele [o novo gerente] chegou na agência, a primeira coisa que ele me perguntou era o que eu fazia, ele parece que realmente não tinha conhecimento e eu não era subordinada diretamente a ele. Aí eu percebi um olhar diferente dele comigo. Aí tinha um dia [...] que eu lembro que ele... que eu cheguei e ele falou 'a sua nota hoje é 7'. Aí não fiz comentário nenhum. Aí no outro dia 'a sua nota hoje é 8'. Aí teve outro dia que eu cheguei, estava com cabelo molhado, tinha passado batom, aí ele fez assim 'sua nota hoje é 10'. Aí eu não aguentei e falei 'guarde as suas considerações para você'. Eu respondi. Aí eu lembro que depois do



ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

momento em que agi dessa forma com ele, ele começou a ligar pelo número de atendimento, ligação interna, pra falar comigo. Ele começou a implicar muito comigo, começou a implicar comigo, começou a me chamar a atenção. Depois disso então eu consegui trabalhar só seis meses. Aí eu pedi pra sair, eu não consegui ficar porque foi uma pressão muito grande, ele sempre fazia algum comentário. Essa foi a primeira situação em que eu senti que eu estava vivendo assédio. (FD18-Cíntia)

Na FD18, como é possível perceber, Cíntia relata um caso de assédio envolvido em relação de poder-subordinação sofrido quando era estagiária de um banco público, culminando, de acordo com sua narrativa, em sua saída da organização em função das pressões sofridas. Percebe-se, no enunciado, um silenciamento a respeito de possíveis medidas tomadas de combate ao assédio sofrido que extrapolassem a esfera individual de enfrentamento, não tendo ela recorrido à organização para explicitar a experiência que vivenciava. Se o ocultamento ocorre nos espaços organizacionais, como se dão essas relações nos espaços da academia em Administração?

## ASSÉDIO NOS ESPAÇOS E RELAÇÕES DO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO

Antes de falarmos a respeito de situações de assédios vivenciadas pelas mulheres entrevistadas, quisemos ouvi-las a respeito das relações de gêneros que pautam este espaço.

[no contexto acadêmico da Administração em geral] [...] eu vejo assim o professor solteiro que não tem filhos e que tem... que é bem sucedido, ele é... tudo bem né. Agora a mulher solteira que não tem filhos, que é bem sucedida, as pessoas olham assim de 'dedicou tanto à carreira que não tem vida pessoal né'. Quando, na verdade, não quer dizer que isso seja... não quer dizer que ela não tem uma vida pessoal porque ela não é casada e não tem filhos. [...] Eu vejo a mulher tendo que se justificar de diversas formas (FD19-Mariana).

[nas relações que vivenciou com professores] [...] acontece se entrar no caso de ser o professor... ser orientador né, de achar que enquanto eu como aluna, como mestranda, como doutoranda, graduanda, é mais sentido de eu ter que ouvir o que ele tem para me dizer sobre a minha forma de me vestir, do que eu mesma pensar como seria a melhor forma de eu me vestir. Eu acho que tem um pouco de hierarquia enquanto aluna, enquanto professor né (FD20-Mariana).

[nos eventos acadêmicos da área] Às vezes existe alguma coisa assim no sentido de 'nossa, ela conseguiu chegar aqui né'. Então o fato de realçar que ela conseguiu chegar ali já mostra que não se esperava que ela chegasse onde ela está, eu acho que até em relação a algumas professoras né... é mais rigoroso a professora para respeitar... e ela tem que fazer muito mais do que o professor para conseguir estar no mesmo lugar, para conseguir ter o mesmo respeito do colega. Eu acho que em eventos acadêmicos e em cursos de pós-graduação em administração poderia ter alguns momentos direcionados para discussão dessas diferenças, dessas relações de homens e mulheres na sociedade. Na academia, eu vejo é a composição da mesa de abertura dos eventos. A área pode ter mais mulheres, mas o momento em que a gente vai ver quem são os líderes, no geral, tem mais homens do que mulheres (FD21-Mariana).

[nos eventos acadêmicos] Essa questão de querer, de se ter um padrão de beleza [para a mulher], um padrão de apresentação, acho que isso continua, acho que isso é bem forte (FD22-Mariana).

As FDs 19 a 22 trazem a estruturação de percursos semânticos que significam a mulher ainda em subalternidade relativa aos homens, especialmente no que se refere ao estranhamento do lugar em que ocupam academicamente; e uma objetificação envolvida na maneira como seus corpos são ideologicamente controlados. Sobre o lugar acadêmico, ele é constituído, a partir das relações

entre explícitos e implícitos presentes nestes fragmentos, como um não lugar (Augé, 1994) para as mulheres ou, quando estas estão ali presentes, são de alguma forma questionadas em função de padrões de mulher socialmente construídos e, ainda, o aspecto estético influencia a maneira como será vista neste espaço.

Especificamente sobre a temática principal deste artigo, as mulheres relataram situações que significam como assédios ocorridos entre pares na academia:

Teve uma situação no mestrado. Um colega de disciplina se aproximou de mim, fez amizade com aquele papinho 'vamos fazer artigo, vamos fazer artigos, gostei da sua discussão, gostei da sua visão'. E combinamos de nos encontrar na [instituição federal de ensino] e foi para sala, pra gente se encontrar. Ele estava com chave da sala do grupo de estudos. Na hora que eu entrei, ele trancou a porta, eu achei estranho. Ele era casado, então não esperava nada mais que não fosse o normal. Eu perguntei pra ele 'porque você trancou a porta' né. Aí ele na hora falou 'eu quero te abraçar, quero te beijar'. E aí na hora me assustou muito também. Eu falei 'você está confundindo, não tem nada a ver'. Ele falou que queria beijar e que ele estava com tesão, eu falei que ele estava confundindo as coisas e que eu não estava ali para isso, que eu tinha meu relacionamento. Aí depois que fui entender, ele falou 'tudo bem e você me desculpa'. Aí depois ele parou simplesmente de conversar comigo, não conversava mais comigo, não olhava mais na minha cara. E eu fui entender que ele era carente e eu me aproximei muito rápido. Eu sou

ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

uma pessoa que conversa muito. Eu dou muita atenção. Rapidinho me aproximo das pessoas. As piadinhas, não me importo com isso. Sou muito aberta a esse tipo de assunto [relacionado à sexualidade] que a gente discute. Percebi que talvez a minha forma de conversar, de falar, tivesse despertado nele alguma coisa que não fosse. (FD23-Cíntia).

A situação significada como assédio por Cíntia na FD23, e corroborada como tal na perspectiva teórica aqui empregada, envolve uma relação entre pares na academia (a personagem do *"colega de disciplina"*) que, relativamente ao percurso semântico estruturado no enunciado discursivo, envolveu a significação de uma confusão de intenções por parte de Cíntia, em seu modo de interpretar o ocorrido. Em primeiro lugar, a justificativa utilizada em torno de produção de artigos foi a forma persuasiva que seu colega encontrou para atraí-la para a sala do grupo de pesquisa. Em segundo lugar, a constituição de espaços e de mecanismos que conferem ao homem a segurança de trancar a mulher num espaço envolve, em termos de condições sociais de produção dos discursos, os processos históricos de objetificação da mulher, independente do espaço por ela ocupado.

A banalização da prática, a qual é ainda incorporada por Cíntia quando justifica como possíveis razões para o assédio ocorrido sua forma aberta e sem tabus de se relacionar (não característica do modelo idealizado de mulher) associada à carência de seu colega, é tão significativa que os silenciamentos a respeito das



práticas permanecem. Há um silêncio no enunciado discursivo de Cíntia a respeito de desdobramentos da situação ocorrida, a qual comumente se mantém na esfera das relações interpessoais, não sendo necessariamente problematizada (e nem relatada) em nível institucional.

Mariana, por sua vez, significa o controle sobre seu corpo e o modo de apresentação do mesmo como uma forma de assédio característica do contexto acadêmico vivenciado.

Eu acho que esse negócio de achar que a mulher tem que estar de salto, eu acho que isso é uma forma de assédio, é uma forma de assédio leve, mas é uma forma de assédio. Mas acho que é uma forma de assédio também, e principalmente em relação às roupas das mulheres, o que ela pode ou não pode, eu acho que a gente tem uma tendência de controlar muito a roupa da mulher e dizer muito o que uma mulher pode e invés de perguntar como ela se sente. [...] 'Nossa, hoje veio produzida', 'nossa, hoje tá acabada'. Assim, então, aquele olhar assim para como a mulher está. Dependendo do jeito que ela está, vai ter algum comentário. Outro dia ela se arruma demais, outro dia ela está muito à vontade, então isso eu já percebi assim. Me lembro de uma vez assim, que eu caminhava, isso já percebi na época de Mestrado, de Doutorado, até me lembro uma vez assim que eu caminhava muito até chegar na universidade, eu não tinha carro, eu tinha que me deslocar realmente a pé, então o sapato mais confortável era o que eu colocava para fazer as atividades. Só que

ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

daí no momento de chegar na universidade, eu já ouvi uma vez que eu deveria estar de salto, e eu falava 'bom, então tá, então me leva, me traz, porque carro eu não tenho, eu tenho que me deslocar, eu tenho que fazer as minhas coisas e salto inviabiliza tudo que eu tenho que fazer, eu também não acho que no dia a dia tem que ficar de salto". Eu estava bem arrumada, mas eu não estava todos os dias de salto alto porque era inviável para as atividades que eu tinha que fazer. Então a pessoa via... e meio que esperava que eu tivesse mais arrumada, sabe? Mas gostaria de ser aceita na condição que tinha... ao invés de olhar e pensar assim "nossa, ela faz tanta coisa". Não, o comentário é "ela não está de salto agora" (FD24-Mariana).

Embora o controle relatado por Mariana não necessariamente se enquadre em definições de assédio, como aqui as significações conferidas pelas mulheres entrevistadas é o que é válido, é importante mencionar que ela, não somente nesta FD24, mas em outros momentos da entrevista, demonstra um grande incômodo com o controle do corpo da mulher, o que se refere a uma construção discursiva de sentido de dessubjetivação da mulher em função de significações sexualizadas de seu corpo.

As situações de assédio também ocorrem durante os processos de pesquisa e o contato com o campo, aspecto este importante para se problematizar pois pode implicar em categorizações a respeito do que sejam pesquisas indicadas para



mulheres realizarem e pesquisas mais indicadas para homens realizarem, agindo de modo a limitar as performances de pesquisa associadas a repetição de normas de gênero (Butler, 1990).

Quando eu estudava, fazia doutorado, eu pegava carona com... eu e uma amiga pra gente fazer uma pesquisa sobre caminhoneiros. A gente fazia... a gente pegava carona com caminhoneiros e ficava na BR pedindo carona. [...] Um dos caras nos deu carona, ficou conversando no rádio com outro [caminhoneiro] na frente. E ele falando 'olha, minha viagem hoje não rende, minha viagem hoje... eu to com uma loira e uma morena nesse caminhão, imagina o quê que eu vou fazer, minha viagem hoje foi uma coisa boa no meu caminho, imagina como é que eu to aqui, não sei se eu dou conta de chegar não, qualquer hora eu vou ter que parar aqui'. E ele falando isso, foi incomodando, minha amiga... ela fica muito receosa, começou a ficar com medo, começou a me cutucar, a mão dela gelada e suando frio. E eu pensei 'será que vai acontecer com a gente como a gente vê na televisão?' Uma das minhas formas de reação foi que eu me fingi homossexual pra ele. Eu falei 'pô, cara, você gosta de mulher aí?'. Ele olhou para mim com aquela cara de deboche e falou 'claro que eu gosto'. Eu falei 'eu também'. Quando eu falei assim com ele... ele mudou completamente a forma de me tratar, ele... 'nossa, desculpa'. Já me chamou de 'cara, eu não pesquei, não pesquei'. Falou que não tinha pescado. Eu falei 'é o meu esquema aqui'. Encostei na minha amiga, eu falei que ela era meu esquema. Ela ficou roxa de vergonha, tipo assim, muito constrangida da gente falar que a gente tinha uma relação. Então

ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

eu percebi claramente que existe uma diferença porque o homem quando se reporta à mulher... quando ele se relaciona com uma mulher, ele tem aquela questão do poder em relação... e se ela se apresenta como homossexual, o tratamento é diferente. Foi uma experiência que eu vivi também que eu vi claramente que essa relação é afetada. [...] mas nós fomos sortudas, a maioria foi receptiva, estava muito focada no trabalho. Eles estavam sentindo uma honra de dar carona para estudante, era pai de família, ele se sentiu importante ao conceder uma entrevista. Então foi mais uma relação mesmo de pesquisadora e pesquisado. Só neste caso que eu senti essa diferença, mas as pessoas orientavam. Mas a coisa que eu menos tenho preocupação é de correr perigo [risos]. (FD25-Cíntia)

Oliveira (2015) nos dá elementos de contribuição para a discussão propiciada pela FD25 especificamente sobre o contato das mulheres com o campo da pesquisa ao abordar de forma crítica o que chama de predomínio do mito do etnógrafo assexuado, apontando que relações de poder que ocorrem nas relações de trabalho problematizadas nos estudos em Administração também ocorrem nas pesquisas de campo, embora haja um silenciamento a respeito desse aspecto, como se os pesquisadores fossem assexuados ou outros elementos de pertença não fossem significativos nas vivências de campo nas pesquisas. Nesse sentido, na FD25, o lugar de mulher torna Cíntia e sua amiga objetos sexuais na visão do caminhoneiro que elas pretendiam entrevistar (como se trata de um trabalho estereotipado na masculinidade hegemônica, a FD25 traz um não dito de



caracterização da atividade de caminhoneiro como potencialmente uma que não seria socialmente indicada para coleta e produção de dados por parte de mulheres).

Mais interessante ainda observar que o deslocamento do seu lugar de fala ao se fingir homossexual acionou uma comum confusão social entre gênero e orientação sexual (Altmann, 2001), fazendo com que Cíntia não fosse mais tratada como mulher, mas como homem e aí, neste novo lugar, obteve o respeito por parte do caminhoneiro (pois assume um lugar de não objeto). Mesmo sendo ainda um corpo passível de objetivação, pois ainda um corpo biológico feminino, o fato de se relacionar com mulheres fez com que o caminhoneiro a reconhecesse na esfera da masculinidade: *"já me chamou de cara"*. Outro elemento é interessante para a análise: Cíntia acredita que ela e a amiga foram *"sortudas"*, consideração essa que joga a não vivência de mais assédios na pesquisa de campo com um trabalho característico da masculinidade hegemônica como um aspecto de sorte, o que reflete a naturalização das práticas de assédio direcionadas a mulher em determinados contextos.

Sobre a ocorrência de assédios em eventos e congressos acadêmicos da área de Administração, soma-se ao caso relatado no Prólogo deste artigo, outra situação ocorrida com outra autora deste estudo no mesmo evento que foi contexto da



situação relatada no prólogo: o XL EnANPAD. Ao ser questionada por um professor também da área de Administração em quais dias seriam suas apresentações de trabalho, a autora respondeu metaforicamente que ela “abria e fechava o evento”, relatando o fato de se apresentar nas primeiras e últimas sessões de trabalho, no primeiro e último dia de programação. O professor, então, disse que aquela resposta o havia arrepiado, significando-a de forma sexualizada a partir da conotação de “abrir” e “fechar” relacionada à prática sexual (ao abrir e fechar suas pernas).

Além das duas situações envolvendo as autoras deste artigo que motivaram a realização deste estudo, que foi e está sendo permeado por significativos percalços, uma vez que, ao procurarmos para serem entrevistadas mulheres que já nos haviam relatado em conversas informais situações de assédios ocorridas tanto em eventos como em relações com superiores (orientadores de programa de pós-graduação), elas se recusaram a participar da pesquisa, dada a significativa dificuldade de expor os casos, envoltos por relações de poder e, por isso, extremamente silenciados. Outro caso presenciado por uma das autoras deste estudo foi um assédio explícito direcionado a uma estudante de Mestrado por um coordenador de programa de pós-graduação, na presença de outros alunos e de outros professores, na ocasião de uma edição do EnANPAD. O assédio foi insistente e permeado por enunciados como “além de bonita, ainda fala”,

enunciado este que traz como relação interdiscursiva implícita a oposição entre a mulher bonita e aquela que teria outra utilidade para além de sua considerada comum objetivação.

Excetuando os casos mencionados, esta pesquisa, ainda em nível exploratório, permitiu a produção dos seguintes enunciados a respeito de práticas ocorridas em eventos e congressos acadêmicos:

[...] até por conta da minha característica, eu tenho dificuldade de perceber alguma situação de assédio. Às vezes quando a pessoa vem e faz alguma piadinha, eu retruco a piada com sarcasmo, eu levo para o outro lado, então em um dos congressos do EnANPAD que eu tive... eu brinquei com o pessoal que tava estudando a área de fogologia, com um humor sarcástico, na zoeira mesmo, a gente brincando e conversando entre nós no grupo e todo mundo levou na brincadeira, ninguém partiu para uma pergunta abusiva. Até que um professor perguntou se eu era adepta da prática, mas ele não me perguntou em tom... ele perguntou em tom abusivo, então eu não respondi. Ele viu que eu não respondi e parou (FD26-Cíntia)

No caso dos eventos e congressos acadêmicos você percebe que existe que neste espaço a mulher objetificada de alguma forma nessas viagens ou nesses momentos de interação que acontecem nos eventos. (FD27-Cíntia)



ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

Cíntia, na FD26, relata uma situação em que, ao fazer uma brincadeira de conotação sexual em um grupo durante um congresso, recebe, de um enunciatário daquela interlocução, uma reação não contextualizada no sentido estrito da brincadeira. Na FD27, relata sua percepção acerca da objetificação sexual da mulher nos momentos de viagens para eventos acadêmicos.

Os assédios permeiam, também, o espaço da sala de aula, no qual elas estão atualmente como professoras, o que demonstra que, independentemente da ocupação ou não de posições de poder (no caso, exercido institucionalmente por elas em relação aos alunos), a objetivação ocorre. Antes da objetivação, o acionamento de estereótipos, como o presente nesta FD: *"Eu fui chamada de Hitler sem bigode dentro da sala de aula como professora. Eu fui chamar atenção do aluno em relação a mulheres e ele foi e me chamou de Hitler sem bigode"* (FD28-Cíntia). Novamente, o estereótipo de *"general, mandona"*, presente na FD1 de Cíntia, é para ela acionado. Antes, por parte de sua família e, agora, por parte de alunos.

[...] foi dentro de sala de aula mesmo... algumas piadinhas de aluno ou professor... 'professora, você está gostosa'. Mas eu sempre tentei trabalhar isso com muita leveza até para evitar problema, até para evitar desgaste e agora aconteceu também uma situação na minha gravidez, eu estava... no meu período de gravidez, eu tava grávida e um aluno em sala de aula que às vezes eu pegava mais um pouquinho no pé



dele, chamava atenção, aquele aluno mais indisciplinado, eu estava em uma discussão sobre gestão social, então do nada ele fez um comentário assim 'você vai amamentar o seu filho ou você vai dar leite de caixinha para ele?'. Aí eu não entendi o comentário. Falei 'por que essa pergunta?'. Ele falou 'não, porque eu acho que essa preocupação você não tem que ter'. Mas rindo, de forma crítica. Eu disse 'eu não to entendendo porque você está falando isso'. Aí ele disse 'de fome, o seu filho não vai sofrer, olha essa fartura'. E aí ele falou apontando para os meus seios, e eu fiquei muito sem graça, eu fiquei vermelhinha na hora. Tentei retomar a discussão e quebrar para não levar para outro lado. [Em outro momento da entrevista, a entrevistadora retomou o assunto, que não havia sido novamente mencionado durante a entrevista pela mulher entrevistada] O caso do aluno, você chegou a ter outro tipo de conversa? Ele chegou a repetir a piadinha em outra disciplina, com a mesma turma, aí ele percebeu que eu tratei ele com indiferença. Aí ele se esbarrou por mim nos corredores, eu não dava... ele percebeu que eu não gostei e que eu não me senti satisfeita. Então ele não fez novamente. Se ele tivesse feito mais uma vez eu teria ido ao colegiado do curso. (FD29-Cintia)

Tratamos, neste artigo, assim como Cíntia, a situação narrada no FD29 como uma situação de assédio, ainda que não se enquadre na definição legal de assédio e envolva a relação de um aluno com uma professora. Em primeiro lugar, Cíntia relata já ter ouvido piadinhas tanto de alunos quanto de outros professores a respeito de estar "*gostosa*" (escolha lexical característica dos processos de

objetivação sexual da mulher e que envolve a construção de um percurso semântico da mulher para ser comida ou degustada de alguma forma. Trata-se de um deslocamento de sentidos tão naturalizado que é significativamente banalizado como algo que é corriqueiro para as mulheres ouvirem). O aspecto profissional da relação de trabalho, neste caso, não impede que ela seja objetivada.

A piada que o aluno constrói a respeito da fartura de leite traz como implícito pressuposto uma caracterização do tamanho dos seios de Cíntia (*"fartura"*). A estratégia discursiva do humor, neste caso, reflete o quanto a objetivação joga com o risível. Mais uma vez, os desdobramentos da prática são desviados por Cíntia, que tenta tirar o foco do que foi dito e, mais uma vez, a situação permanece no nível das relações interpessoais, não sendo institucionalmente tratada. Tal permanência reflete o peso que recai sobre as próprias mulheres quando elas passam por situações de assédio. Nós mesmas, pesquisadoras que escrevem este artigo, tivemos dificuldade em relatar aqui os casos de assédio que sofremos neste espaço acadêmico, e também passamos por processos de auto culpabilização, mesmo tendo tido acesso a discussões feministas e trazendo o feminismo como vertente epistemológica, teórica e como práxis em nossas vidas cotidianas, tamanha é o poder envolvido nas normas de gênero.

[...] eu não tenho conhecimento de nenhum ambiente institucional de proteção do docente com relação a este problema. Por exemplo, eu não sei qual é o procedimento se eu sofrer algum assédio sexual, eu não sei se a instituição vai me respaldar em termos jurídicos, de processos, eu não sei como ela vai se portar em relação a isso. (FD30-Cíntia)

Na FD30, inclusive, Cíntia relata explicitamente desconhecer se teria respaldo institucional para relatar alguma situação de assédio. Sua narrativa reflete a ausência de discussões explícitas institucionais a respeito de assédio, o que pode se converter em sugestões para o rompimento do silenciamento a respeito de tais práticas em nossos contextos acadêmicos por meio de políticas explícitas de enfrentamento das desigualdades de (vivências de) gêneros.

Quando o assunto é, por sua vez, potenciais situações de assédios praticadas por seus superiores no contexto de trajetória acadêmica, há os casos de mulheres que informalmente relataram às autoras desta pesquisa, mas que não constarão aqui por conta da negativa das mesmas em participar da pesquisa (como um caso em que uma doutoranda em Administração teve que solicitar troca de orientador por conta de assédio praticado por ele) e, no caso das mulheres entrevistadas, elas relatam casos que ouviram falar, alguns casos não tipificados como assédios graves e, ainda, ao final, elas reconhecem que poderiam silenciar a ocorrência de algum caso por conta da dificuldade de explicitá-los.

Eu conheço o caso de uma professora, mas eu não conheço por ela me contar, eu conheço por terceiros que ela sofreu assédio por parte do coordenador dela que, durante um tempo, ela ficava subordinada a ele. Eles até tiveram problemas de relacionamento mesmo e ela chegou deixar inclusive a instituição. E aí eles comentam que chegaram a ter algum tipo de envolvimento, mas por pressão dele, ele fez pressão nela. Então eu conheço caso de ouvir, mas não da professora contando. Inclusive citei essa professora no meu trabalho de tese, eu pesquisei ela também. Mas não foi essa discussão. Mas ela conta que saiu da instituição que ela estava porque ela teve problemas com o chefe, não falou de que tipo, mas os boatos que as pessoas comentam sobre ela indicavam que ela estava sofrendo um abuso, um abuso não né... um tipo de assédio sexual, foi alguma coisa desse tipo. (Cíntia)

Acho que se a mulher foi coagida a ter algum tipo de envolvimento, ela foi assediada por sofrer pressão com medo de perder o emprego, nesse sentido. Agora se o assédio acontece e ela gostou da cantada, aí eu acho que não é assédio não, vejo um envolvimento amoroso. (FD31-Cíntia)

O caso narrado como de conhecimento de Cíntia, mas não visto e nem contado pela própria vítima discursiva, reflete a construção de espaços de poder que são influenciados por normativas de gênero e processos de objetivação da mulher de modo silenciado. O ouvir falar é algo com o qual nós nos deparamos muito na construção desta pesquisa de modo associado aos ocultamentos dos casos

ocorridos, os quais não atingem, necessariamente, a conhecimento do fato por um grupo mais abrangente.

Essa questão de chegar na universidade e o professor olhar de cima a baixo como estava vestida para depois cumprimentar não era só comigo, era com outras colegas também né. Mas eu acho que isso aconteceu muito comigo. Eu acho que ainda acontece, mas hoje como eu estou numa posição, eu sou a professora, eu acho que acontece um pouco menos, ou também eu não estou mais me importando tanto com isso sabe?. Os comentários vinham de homens ou mulheres, mas de homens já tive situação em que o professor... tu chega para cumprimentar algum professor, e tu percebe que ele te olha de cima a baixo para ver como tá teu cabelo, como tá teu sapato (FD32-Mariana)

No mestrado, tive um professor [orientador]. Em relação ao orientador, eu percebia isso de ter um padrão de beleza né. [...] eu me lembro de relatos [do orientador] durante o Mestrado 'a fulana é tão bonita, engordou'. Ah, não tava falando de mim, estava falando de outra colega: 'a Fulana era tão bonita, engordou, que pena né. Porque ela tinha um grande potencial'. Mas, tipo, intelectualmente, não mudou nada né? Ela engordou, mas e aí sabe? Então, nesse sentido assim, parece que a mulher tem que tá sempre com certo padrão de beleza, com essa questão assim de salto, da roupa, da maquiagem (FD33-Mariana)

ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

As FD32 e 33 trazem narrativas a respeito de práticas novamente de objetivação do corpo da mulher, tida no espaço acadêmico de modo significativamente sexuado.

Eu acho que o nosso campo [de pós-graduação em Administração] não está preparado para discutir esses casos de assédio não, até porque se a gente for pensar, na administração a gente ainda vislumbra um discurso muito patriarcal, um discurso muito machista e eu acredito que realmente que existem mulheres que vivenciam situações de assédio sexual e que não têm coragem para falar. Eu, se tivesse vivenciado... tivesse tido uma experiência... eu só tive dois trabalhos na academia [mestrado e doutorado]... era muito facilmente identificado quem teria provocado o assédio. Então talvez eu ficaria coagida de falar e não teria liberdade de contar quem fez. As pessoas saberiam muito facilmente quem foi a pessoa que provocou o assédio. Eu não acredito que a gente vá tocar neste assunto, tem muitos casos aí, tem um campo muito vasto para explorar e que esses problemas... esses casos de assédio... isso é muito desconsiderado, são velados mesmo os casos. Acredito que nosso campo ainda não está aberto para uma discussão mais... nesse sentido o debate não. (FD34-Cíntia)

São muitos casos velados, eu acho que tivesse acontecido isso no caso entre subordinados [ela no lugar de subordinada], eu teria dificuldade de falar [na pesquisa]. Talvez para você, eu poderia falar, mas se fosse para outra pessoa, eu não falaria, porque a gente tem uma relação mais



íntima. A gente fica com medo de discutir isso teoricamente... as implicações disso. (FD35-Cíntia)

Eu teria dificuldade de falar, [...] porque é constrangedor para mulher que já tenha sofrido e não só constrangedor, como doloroso retomar isso, porque pode ser difícil né? (FD36-Mariana)

Embora as mulheres entrevistadas não tragam mais relatos explícitos a respeito de situações ocorridas com superiores, admitem, nas FDs 34 a 36, que teriam dificuldade de explicitá-las caso elas tivessem ocorrido. Na FD34, Cíntia levanta um elemento importante para caracterizar o processo de silenciamento: trata-se de um contexto acadêmico que facilita a identificação do assediador e, considerando-se, como condições sociais de produção do discurso, uma cultura machista e opressora que culpabiliza a mulher, enquanto premia simbolicamente o assediador, por estar praticando o que seria inerente de sua masculinidade, reforça-se o incentivo ao silêncio. Essas últimas FDs se ligam a um interdiscurso da possível perpetuação de um silêncio em nossa academia a respeito de tais práticas. E é justamente em um movimento de advogar a importância do rompimento com esse silêncio que escrevemos, de forma exploratória, este artigo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

O objetivo deste artigo, ainda exploratório, foi analisar os elementos discursivos originados a partir da temática de assédio sexual no âmbito específico da academia brasileira em Administração. Nesse contexto, a pergunta de pesquisa foi: o evidenciado não dito a respeito dos casos de assédio sexual nos espaços da academia brasileira em Administração sugere evidências de uma não ocorrência de práticas de assédio neste espaço, ao que respondemos não. O não dito não é significado, neste espaço, como não presente. Os assédios ocorrem em variados âmbitos da academia e perpetuam relações de poder que significam não lugares para as mulheres, ou pertencas simbólicas a estes espaços em condição sexualmente objetivada. Embora os avanços nas discussões de gênero devam ser reconhecidos, falar de assédio sexual é, ainda, falar de um assunto naturalizado e negado neste espaço, embora vivenciado. Nesse sentido, consideramos que a ruptura com essa naturalização seja urgente para que o espaço acadêmico possa ser plenamente vivenciado por mulheres sem que seus corpos sejam, assim como em variados âmbitos sociais e organizacionais, classificados dentro de padrões estéticos e reduzidos a objetos sexuais. Além disso, o estudo exploratório aqui realizado teve como desdobramento o reconhecimento da importância de se ampliar não só as concepções jurídicas de assédio, como também as comumente trabalhadas no contexto dos estudos organizacionais e do

trabalho, a fim de se apreender a complexidade e a miríade de possibilidades de práticas sexuais que objetificam a mulher.

Este artigo contribui para o campo de pesquisas e da prática acadêmica, política e institucional em Administração ao chamar para o debate os diversos sujeitos e instituições que compõem esta academia para um assunto negligenciado e, ao mesmo tempo, cotidianamente reproduzido, limitando vivências e experiências subjetiva e emocionalmente positivas de mulheres acadêmicas. Embora exploratório, o estudo permite um avanço acerca de apreensões diversas de concepções sobre assédio, ainda limitadas, como já pontuado.

Essa natureza exploratória que configuramos como uma das importantes limitações do estudo não elimina o potencial significativo de desenvolvimento a partir da continuidade da pesquisa, que já está sendo feita a partir da realização de novas entrevistas com mulheres acadêmicas, que serão trabalhadas em futuros estudos. Por fim, apontamos como evidência da urgência da discussão sobre a temática a necessidade, neste estudo exploratório, de inserirmos nossas próprias narrativas (importantes, de qualquer forma) para legitimar nossa discussão, uma vez que falar sobre o assunto envolve ainda significativos processos de resistências e receios relativos das mulheres que foram interpeladas aos desdobramentos da discussão.



ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

Como sugestões para próximas pesquisas, além de maior exploração teórico-empírica do tema, sugerimos uma discussão mais aprofundada acerca das perspectivas teóricas sobre assédio sexual, numa tentativa de evidenciar quais dessas perspectivas seriam interessantes para estudos que envolvam construções de gênero e/ou se vinculem a epistemologias feministas, possibilitando um avanço teórico à discussão.

Como sugestões práticas para este campo de pesquisas em Administração, indicamos a importância de um debate amplo, capilar e institucional, para que o combate a práticas silenciadas de objetificação e de violências se torne um valor deste contexto acadêmico (e também de outros). Romper com o silêncio, aqui, neste estudo, teve como objetivo incentivar uma não aceitação, mais, de práticas arraigadas numa academia que reproduz silenciosamente práticas que ela mesma, em determinadas linhas de pesquisa, questiona.

## REFERÊNCIAS

Aktouf, O. (2004). *Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz*. São Paulo: Atlas.

Altmann, H. (2001). Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Estudos Feministas*, 9(2), 575-585.



Augé, M. (1994). *Não-lugares: uma introdução a uma antropologia da supermodernidade*.

São Paulo: Papirus.

Brasil. (1940). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940*. Código Penal. Recuperado em 29 abril, 2017, de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm).

Butler, J. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge Classics.

Carrieri, A. P., Diniz, A. P. R., Souza, E. M., & Menezes, R. S. S. (2013). Gender and work: representations of femininities and masculinities in the view of women Brazilian executives. *Brazilian Administration Review*, 10(3), 281-303.

CBPF. Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. (2016). *Manifesto de mulheres cientistas fala abertamente sobre assédio sexual*. Recuperado em 12 outubro, 2016, de: <http://portal.cbpf.br/noticia/manifesto-de-mulheres-cientistas-fala-abertamente-sobre-assedio-sexual/1036>.

ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

Clancy, K. B. H., Nelson, R. G., Rutherford, J. N., & Hinde, K. (2014). Survey of academic field experience (SAFE): trainees report harassment and assault. *Plos One*, 9(7), 1-9.

Fitzgerald, L. F., Weitzman, L. M., Gold, Y., & Ormerod, M. (1988a). Academic harassment: sex and denial in scholarly garb. *Psychology of Women Quarterly*, 12(3), 329-340.

Fitzgerald, L. F., Shullman, S. L., Bailey, N., Richards, M., Swecker, J., Gold, Y., Ormerod, M., & Weitzman, L. (1988b). The incidence of sexual harassment in academia and the workplace. *Journal of Vocational Behavior*, 32(2), 152-175.

Fitzgerald, L. F., Swan, S., & Magley, V. J. (1997). But was it really sexual harassment? Legal, behavioral, and psychological definitions of the workplace victimization of women. In: W. O'Donohue (Ed.). *Sexual harassment: theory research, and treatment* (pp. 5-28). Needham Heights: Allyn & Bacon.

Fordham, S. (1993). "Those loud Black girls": (Black) women, silence, and gender "passing" in the academy. *Anthropology & Education Quarterly*, 24(1), 3-32.

Foucault, M. (2006). *Estratégia, poder-saber* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.



Foucault, M. (1992). *Microfísica do poder* (10ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.

Freitas, M. E. (2001) Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 41(2), 8-19.

Ghedin, E. & Franco, M. A. S. (2006). Introdução. In: S. G. Pimenta, E. Ghedin, & M. A. S. Franco (Orgs.). *Pesquisa em educação: alternativas investigativas com objetos complexos* (pp. 25-64). São Paulo: Loyola.

Gonzalez Rey, F. L. (2000). Lo cualitativo y lo cuantitativo en la investigacion de la psicologia social. *Revista Cubana de Psicologia*, 17(1), 61-71.

Heloani, R. (2004). Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. *RAE-Eletrônica*, 3(1), 1-8.

Holvino, E. (2010). Intersections: the simultaneity of race, gender and class in organization studies. *Gender, Work & Organization*, 17(3), 248-277.

Instituto Avon; Data Popular. (2015). *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. Recuperado em 29 abri, 2017, de:



ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon\\_V9\\_FINAL\\_Bx.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf).

Machado, R. (2012). Introdução: por uma genealogia do poder. In: M. Foucault (Org.). *Microfísica do poder* (pp. VII-XXIII). Rio de Janeiro: Graal.

Mackinnon, C. A. (1993). *Only words*. Cambridge: Harvard University Press.

Mackinnon, C. A. (1987). *Feminism unmodified: discourses on life and law*. Cambridge: Harvard University Press.

Mahtani, M. (2004). Mapping race and gender in the academy: the experiences of women of colour faculty and graduate students in Britain, the US and Canada. *Journal of Geography in Higher Education*, 28(1), 91-99.

Matarazzo, G. (2017). Você recebe sobre para estudar!?: a bolsa nossa de cada mês: implicações epistemológicas e de sobrevivência. *Teoria e Prática em Administração*, 7(2), 1-11.

Nunes, T. S. & Tolfo, S. R. (2015). O assédio moral no contexto universitário: uma discussão necessária. *Revista de Ciências da Administração*, 17(41), 21-36.



Oliveira, J. S. (2015, setembro). Subjetividade e raça na (des)construção simbólica da pesquisadora em campo. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, XXXIX.

Orlandi, E. P. (1999). *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes.

Palassi, M. P. & Paula, A. P. P. (2014). Pesquisas sobre subjetividade nos estudos organizacionais: complexidade e desafios de um enfoque histórico-cultural. In: E. M. Souza (Org.). *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*. Vitória: EDUFES.

Paludi, M. A. (1990). *Ivory power: sexual harassment on campus*. Albany: State University of New York Press.

Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Rentschler, C. A. (2014). Rape culture and the feminist politics of social media. *Girlhood Studies*, 7(1), 65-82.

Sarti, C. A. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, 12(2), 35-50.



ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

Scott, J. W. (1995). *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo.

Soihet, R. (2002). O corpo feminino como lugar de violência. *Projeto História*, 25, 1-12.

Søndergaard, D. M. (2005). Making sense of gender, age, power and disciplinary position: intersecting discourses in the academy. *Feminism & Psychology*, 15(2), 189-208.

Souza, E. M. (2016). Fazendo e desfazendo gênero! A abordagem pós-estruturalista sobre gênero. In: A. P. Carrieri, J. C. Teixeira, & M. C. R. Nascimento (Orgs.). *Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais* (pp. 23-56). Salvador: EDUFBA.

Teixeira, J. C., Cappelle, M. C. A., & Oliveira, M. L. S. (2012). Feministas? Não, femininas! Analisando visões sobre o feminismo no discurso de mulheres que vivenciaram o auge do movimento feminista brasileiro. *Revista Sociais e Humanas*, 25(1), 75-97.

Teixeira, J. C., Perdigão, D. A.; Carrieri, A. P. (2016). O discurso gerencialista e a construção de ideais estéticos femininos e masculinos. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(7), 366-417.



REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 4 | N. 11 | DEZEMBRO | 2017 | ISSN: 2358-6311

Trethewey, A. (1999). Disciplined bodies: women's embodied identities at work. *Organization Studies*, 20(3), 423-450.

Van Dijk, T. A. (1997). Discourse as interaction in society. In: T. A. Van Dijk (Ed.). *Discourse as social interaction* (pp. 1-37). London: Sage.

## Assédio sexual no contexto acadêmico da administração: não dito por que não vivenciado?

### Resumo

A objetificação histórica das mulheres na sociedade naturalizou os seus corpos como objeto de satisfação dos desejos masculinos. Neste contexto em que a hierarquia social baseada no gênero é criada e reforçada, será prudente pensar em uma academia isenta desta violência? Afinal, falamos de uma academia que, queiramos ou não, reproduz as relações históricas androcêntricas que colocam a mulher como um ser subalterno e inferior aos homens. É com este pensamento que temos como principal objetivo neste estudo analisar os elementos discursivos originados a partir da temática de assédio sexual no âmbito específico da academia brasileira em Administração. Para isso, trouxemos as narrativas de duas mulheres docentes e pesquisadoras que possuem uma trajetória acadêmica no campo de estudos da Administração que foram analisadas por meio da abordagem teórico-metodológica da Análise do Discurso de Linha Francesa. Os resultados ratificam a dificuldade de discutir o assunto neste campo acadêmico.

### Palavras-chave

Assédio Sexual; Gênero; Relações de Poder; Academia; Administração.

# Sexual harassment in the academic context of administration: not said why not experienced?

## Abstract

The historical objectification of women in society has naturalized their bodies as objects of satisfaction of masculine desires. In this context where gender-based social hierarchy is created and strengthened, is it prudent to think of an academy exempt from this violence? After all, we speak of an academy that, whether we like it or not, reproduces the historical androcentric relations that place women as subaltern and inferior to men. It is with this thought that we have as main objective in this study to analyze the discursive elements originated from the subject of sexual harassment in the specific scope of the Brazilian academy in Administration. To this end, we have brought the narratives of two women that are professors and researchers who have an academic background in the field of Administration studies. The narratives were analyzed through the theoretical-methodological approach of French Line Discourse Analysis. The results confirm the difficulty of discussing the subject in this academic field.

## Keywords

Sexual harassment; Gender; Power relations; Academy; Administration.



## Acoso sexual en el contexto académico de la administración: ¿no se dice por qué no vivido?

### Resumen

La objetificación histórica de las mujeres en la sociedad naturalizó sus cuerpos como objeto de satisfacción de los deseos masculinos. En este contexto en que la jerarquía social basada en el género es creada y reforzada, será prudente pensar en una academia exenta de esta violencia? Al final, hablamos de una academia que, queramos o no, reproduce las relaciones históricas androcéntricas que colocan a la mujer como un ser subalterno e inferior a los hombres. Es con este pensamiento que tenemos como principal objetivo en este estudio analizar los elementos discursivos originados a partir de la temática de acoso sexual en el ámbito específico de la academia brasileña en Administración. Para ello, trajimos las narrativas de dos mujeres docentes e investigadoras que poseen una trayectoria académica en el campo de estudios de la Administración que fueron analizadas por medio del abordaje teórico-metodológico del Análisis del Discurso de Línea Francesa. Los resultados ratifican la dificultad de discutir el asunto en este campo académico.

### Palabras clave

Acoso sexual; Género; Relaciones de Poder; Academia; Administración.



## Autoria

### Juliana Cristina Teixeira

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta da Universidade Federal de São João del-Rey. <http://lattes.cnpq.br/3705084565039896>. <https://orcid.org/0000-0001-5186-3234>. E-mail: [julianacteixeira@yahoo.com.br](mailto:julianacteixeira@yahoo.com.br).

### Adriana da Silva Vinholi Rampazo

Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina. <http://lattes.cnpq.br/0331934508302441>. <https://orcid.org/0000-0001-8477-3694>. E-mail: [arampazo@icloud.com](mailto:arampazo@icloud.com).

## Endereço para correspondência

Juliana Cristina Teixeira. Universidade Federal de São João del-Rei, Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis. Avenida Visconde do Rio Preto,S/N, Colônia do Bengo, Fábricas, São João Del Rei, MG, Brasil. CEP: 36301-360. Telefone: (+55 32) 33792355.

ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO:  
O QUE OS LÁBIOS NÃO DIZEM, O CORAÇÃO NÃO SENTE?

Como citar esta contribuição

Teixeira, J. C. & Rampazo, A. S. V. (2017). Assédio sexual no contexto acadêmico da administração: não dito por que não vivenciado? *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(11), 1151-1235.

*Contribuição Submetida em 21 dezembro 2017. Aprovada em 21 dezembro 2017. Publicada online em 27 dez. 2017.  
Sistema de avaliação: Convite. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.*



REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 4 | N. 11 | DEZEMBRO | 2017 | ISSN: 2358-6311